

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO: MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

CENTRALIDADE NA REDE DAS ONGs DA RMR

ROGÉRIO ALVES DE LIMA

**RECIFE
2004**

ROGÉRIO ALVES DE LIMA

Aluno do Curso de Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPE.

CENTRALIDADE NA REDE DAS ONGs DA RMR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof.º Dr. **Breno Augusto Souto-Maior Fontes**.

**Recife
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO: MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

CENTRALIDADE NA REDE DAS ONGs DA RMR

Banca examinadora:

Dr. Breno Augusto Souto-Maior Fontes
Primeiro examinador

Dra. Helenilda Wanderley de Vasconcelos Cavalcanti
Segundo examinador

Dr. José Carlos Vieira Wanderley
Terceiro examinador

**RECIFE
2004**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	08
1. As transformações econômicas, políticas e sociais	08
2. A sociedade civil se organiza	11
3. A sociedade civil no Brasil.....	17
4. O Terceiro Setor	19
5. As ONG no contexto global.....	25
6. As ONGs no Brasil	29
7. Diagnósticos e perspectivas para as ONGs brasileiras	31
CAPÍTULO II	36
1. Porque as Redes Sociais?	36
2. O individualismo metodológico	39
3. O estruturalismo	40
4. A Teoria da Dívida	40
5. Análise de Redes Sociais: paradigma ou metodologia?	42
6. A construção de Redes Sociais através da concepção de “laços fortes” e “laços fracos”	46
7. Capital Social	51
8. Centralidade	54
CAPÍTULO III	58
1. Características das ONGs entrevistadas	59
2. Redes Associativas	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
BIBLIOGRAFIA	90
ANEXOS	93

RESUMO

O presente trabalho consiste de um estudo sobre as redes sociais das organizações não governamentais da Cidade do Recife. É uma dissertação, que enfatiza a noção de centralidade como uma posição estratégica que propicia, a tais organizações, um maior poder de captar recursos. Os objetivos desse estudo estão dispostos da seguinte maneira: a) verificar se as entidades (ONGs) que estabelecem parcerias com outras ONGs são fortes a ponto de determinar ou condicionar a existência destas; b) averiguar qual a importância das entidades que ocupam uma posição central na rede das ONGs para a sustentabilidade das ONGs periféricas. Os dados para a realização desse estudo foram obtidos através da aplicação de questionários em organizações não governamentais, que foram selecionadas através de uma amostra do tipo Bola de Neve. O processamento desses dados (introdução desses dados numa planilha, codificação, tratamentos estatísticos, etc.) se deu através da utilização de um programa estatístico: o SPSS (Statistic Package for Social Science), onde foi construída uma matriz. Além desse programa, utilizamos um software específico para o estudo das redes sociais: O UCINET.

ABSTRACT

This research is about social network of non-governmental organizations (NGOs) in the city of Recife. It emphasizes the notion of centrality as a strategic position that enable those organizations a greater power of getting resources. The aims of this research are the following: a) verify if the entities (NGOs) that make partnership with others are strong enough to determinate the existence of the later; b) look into the importance of the entities that occupy a central position in their NGO's network to the sustainability of those in the boundaries. The data for this study was obtained through the application of questionnaires on OGNs that were selected from a sample of snowball type. The data statistical process (introduction of data in a table, codification, statistical treatments, etc) was carried out through a statistical program: the SPSS (Statistic Package for Social Science) with which was built a matrix. Besides this program, we used a specific software to the social networks study: the UCINET.

Este trabalho é dedicado a uma pessoa muito especial que vem me acompanhando há alguns anos e que, sem ela talvez não fosse possível empreender esta longa caminhada. Esta pessoa merece muito mais do que essas poucas linhas que escrevo agora. Mas, toda página escrita começa através de linhas. Dessa forma, estas linhas se transformarão em páginas e mais páginas, cheias de palavras de agradecimentos. Esta pessoa é minha esposa: Laurice Barbosa da Silva.

AGRADECIMENTOS

Realizar esse trabalho só foi possível graças ao apoio de algumas pessoas que acreditaram no meu esforço. Dentre esses, destaco os professores Breno A. S. M. Fontes e Klaus Eichner pela forma como estes me incentivaram durante todo o período em que esse trabalho foi desenvolvido. Além destes, gostaria de agradecer também à professora Salete Cavalcante, cujo apoio foi fundamental para que eu desse continuidade ao meu estudo.

Em seguida, gostaria de agradecer aos professores Luiz Neto Canuto, pela gentileza dispensada pelo mesmo à minha pessoa, bem como a sua esposa, a professora Vera Canuto, pelo mesmo motivo. À Professora Eliane Veras, também devo meus agradecimentos pelo estímulo e pelo entusiasmo constante. Ao Prof.º Remo Mutzemberg pelo apoio e amizade.

Agradeço também aos meus amigos do curso do mestrado e da graduação: Diogo Valença; Givanilson Porfírio; Jorge Alexandro; José Alberto Lins; Paulo Henrique Miranda; Paulo Albino; Rui Mesquita; Marcelo Pereira; André Felipe; Erinaldo F. do Carmo; Dinaldo; Fábio Banja; Adriana Tenório; Adalberto; Evaldo; Edvaldo; Edmir; Walcir Martins; Josemir; Edson; Rosineide Alves; Rojânia Alves; Rosimeire Alves; Patrícia Roberta; Ronaldo Moura.

Nos espaços informais, as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes. Entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual, local, comunitário. Independentemente das questões que se busca resolver, muitas vezes a participação em redes envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisão.

Regina Maria Marteleto

INTRODUÇÃO

As organizações não governamentais (ONGs) têm se constituído ao longo dos últimos 30 anos numa das principais preocupações dos estudos sociológicos. O interesse da academia em discutir tais organizações pode ser justificado a partir de alguns fatores, dentre os quais podemos destacar a forma como a sociedade tem se organizado, durante os últimos cinquenta anos do século XX, com o objetivo de se precaver das inúmeras crises que tem vivido o mundo, principalmente desde que o Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) já não é mais considerado, nas diversas sociedades, como sinônimo de prosperidade para todos os cidadãos e também desde que o processo de globalização da economia torna-se uma realidade cada vez mais evidente. Um outro fator, não tão dissociado do primeiro, que atrai a atenção dos sociólogos, constitui-se no próprio universo dessas organizações não governamentais, cujo dinamismo tem se modificado bastante, principalmente, a partir dos anos de 1990.

É com base neste último fator que desenvolvemos este trabalho, o qual consiste de uma dissertação, cuja ênfase recai sobre as mudanças ocorridas no âmbito das organizações não governamentais, principalmente, no que se refere à questão da sustentabilidade dessas organizações, visto que paralelamente ao desenvolvimento das mesmas, nos últimos dez anos algumas dessas organizações (principalmente aquelas de porte pequeno) começam a enfrentar inúmeros problemas, como escassez de recursos

financeiros, algumas, inclusive, foram obrigadas a encerrar suas atividades em decorrência da falta ou diminuição do volume de financiamento.

Na realidade este trabalho é o resultado de um projeto de pesquisa intitulado Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias financiadas pelo CNPq empreendida na Cidade do Recife, cuja característica principal consistia em estudar as redes sociais das organizações não governamentais da Região Metropolitana do Recife. Dessa forma, a proposta desse trabalho é, em primeiro lugar, traçar um perfil característico dessas ONGs. Em segundo lugar, buscamos discutir a noção de centralidade como um elemento importante para a captação de recursos. Nessa perspectiva, os objetivos principais do nosso estudo consistem em: a) mostrar que as ONGs da Região Metropolitana do Recife se organizam através da construção de laços entre elas próprias e também com outras entidades; b) mostrar que aquelas organizações não governamentais que ocupam uma posição central dentro de sua própria rede têm uma probabilidade maior de assegurar sua sustentabilidade do que as outras ONGs periféricas.

As hipóteses de trabalho defendidas para esta dissertação são: a) na rede das ONGs, aquela(s) que ocupa(m) uma posição central detém um poder maior de captar recursos do que as outras ONGs que fazem parte dessa rede, mas que são periféricas; b) além de deter um poder maior de captar recursos, esta(s) ONG(s) interferem, de certa forma, na captação de recursos das outras organizações não governamentais que se encontram nessa mesma rede, porém na periferia. A posição central, destacada nas hipóteses, é mensurada através do grau de centralidade que, por sua vez, é obtido através de uma matriz quadrada que aponta quantas vezes uma determinada ONG é citada dentro

de uma rede formada por organizações não governamentais¹. O teste das hipóteses foi efetuado a partir de algumas variáveis, dentre as quais destacamos: a) centralidade – índice que aponta quantas vezes determinada ONG foi citada no conjunto das 40 organizações entrevistadas; b) o volume de recursos financeiros movimentado por estas organizações; c) o tempo de fundação das ONGs entrevistadas; d) recursos financeiros recebidos pela entidade; e) recursos tecnológicos recebidos pela entidade; f) área de atuação geográfica (abrangência) da entidade; g) área de atuação da entidade.

Na verdade, esse trabalho surgiu através da necessidade de continuar as investigações iniciadas na pesquisa acima citada, da qual participei, e que começou a ser desenvolvida na cidade do Recife no ano de 2000 sob a coordenação do Professor Breno Fontes. Essa pesquisa tinha como objetivo primeiro, investigar os processos de estruturação das redes sociais em associações voluntárias². Assim, as informações que procuramos obter nessa pesquisa estavam divididas em três partes: a) os atributos individuais – características dos responsáveis pelas ONGs; b) características fundamentais das ONGs investigadas; c) as redes associativas dessas organizações não governamentais. Nesse sentido, os dados foram coletados em 40 organizações não governamentais, cuja seleção se deu através de uma amostra característica da análise de redes sociais, conhecida como snowball (amostra tipo bola de neve)³.

¹ No segundo capítulo será feita uma discussão mais aprofundada sobre a noção de centralidade.

² Projeto de Pesquisa intitulado Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias.

³ Tipo de amostra na qual o primeiro ator vai citando outros atores e o tamanho da amostra vai aumentando até que se feche a rede. O snowball é definido como “o nome dado para técnicas de construção de uma lista numa amostra de uma população especial usando um jogo inicial de seus sócios como informadores” (Goodman apud Kish, 1995).

A utilização dos dados coletados na pesquisa mencionada acima se faz necessário nesse trabalho, pois os mesmos já foram introduzidos numa matriz do SPSS⁴ (programa estatístico bastante utilizado nas ciências Sociais) e também já passaram por tratamentos estatísticos adequados (categorizações, codificações, recodificações, correlações estatísticas, construção de tabelas e gráficos etc.), de modo, que já é possível fazer uma análise através dos mesmos, sem a necessidade de recorrermos a outros dados.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira delas, apresenta dois capítulos reservados a uma discussão teórica sobre o objeto de estudo proposto. A segunda parte, também dividida em dois capítulos, focaliza os principais aspectos empíricos da pesquisa (como foram coletados os dados, quais os testes estatísticos realizados, o tipo de análise efetuado e os resultados obtidos com essa pesquisa, bem como as conclusões a que chegamos).

O primeiro capítulo (primeira parte) apresenta-se dividido em sete tópicos, os quais mostram uma abordagem enfatizando tanto as organizações não governamentais, desde o surgimento até os dias atuais. O primeiro tópico destina-se a discutir as transformações de caráter político, econômico e social, que o mundo vivenciou após o fim da II Guerra Mundial. O segundo tópico tem como foco principal a sociedade civil no contexto global, isto é, será efetuada uma discussão apresentando as principais características do que se conhece como sociedade civil. A discussão sobre essa temática se faz necessária porque é no seio da sociedade que se desenvolvem os movimentos sociais que vão propiciar o crescimento das organizações não governamentais. No terceiro tópico, a ênfase é a sociedade civil no Brasil, ou seja como se formou e de que maneira se

⁴ Statistic Package for Social Science.

organiza. O quarto tópico focaliza as ONGs de forma geral, apresentando a definição, área de atuação dessas organizações, etc., e mostrando em que contexto estas organizações surgiram. No quinto tópico, as principais características das ONGs brasileiras serão enfatizadas. O sexto tópico destina-se a uma discussão sobre os principais problemas que têm enfrentado as organizações não governamentais Brasileiras. Problemas estes que suscitaram este estudo. O sétimo e último tópico aponta um diagnóstico das ONGs brasileiras, bem como apresenta as perspectivas para o desenvolvimento dessas organizações.

O segundo capítulo traz uma abordagem sobre as redes sociais e os principais fatores relacionados a esta expressão que tem tido enorme destaque no pensamento sociológico contemporâneo. Este capítulo também enfatizará alguns termos que estão diretamente ligados à concepção de redes sociais, tais como densidade, centralidade, outdegree, indegree, etc., termos estes sem os quais o estudo sobre as redes sociais ficaria incompletos. Da mesma forma que o primeiro capítulo, ele se encontra dividido em sete tópicos.

No primeiro tópico, enfatizaremos a concepção de redes sociais – como surge o interesse pelo tema, quais as áreas que concentram seus estudos com base na análise de redes sociais, inclusive, mostrando alguns exemplos de pesquisas elaboradas no Brasil sob a perspectiva das redes sociais, como as teorias sociológicas tradicionais e recentes vêm as redes sociais. Nesse sentido, no segundo tópico faremos uma abordagem mostrando algumas características do individualismo metodológico, cuja idéia central está baseada na racionalidade dos indivíduos. O terceiro tópico focaliza, sucintamente, a abordagem estruturalista e seus principais aspectos. O quarto tópico está reservado à teoria da dádiva,

que, influenciada pelos escritos de Marcel Mauss sobre o dom, aparece desafiando os paradigmas anteriores: o individualismo metodológico e o estruturalismo. No quinto tópico retornamos com as discussões sobre as redes sociais, apresentando a noção de laços forte e laços fracos como elementos necessários para a constituição de redes sociais. O sexto tópico é uma continuação da discussão sobre redes sociais, cujo argumento principal a concepção de capital social empreendida pelas abordagens sociológicas a partir da década de 1980. O sétimo tópico destina-se a mostrar que as redes sociais são úteis em qualquer abordagem, seja ela utilitarista, estruturalista ou esteja de acordo com o paradigma da dádiva. O oitavo e último tópico continua com a discussão sobre as redes sociais, no entanto, mostrando as principais características da noção de centralidade.

O terceiro capítulo está reservado às redes sociais das organizações não governamentais da Cidade do Recife. Nessa perspectiva, dividimos este capítulo em dois tópicos: no primeiro buscamos mostrar as principais características destas ONGs, ou seja, como surgiram, quais as principais dificuldades encontradas por estas organizações, etc. No tópico seguinte apresentaremos os aspectos fundamentais das entidades que estabelecem e/ou mantêm uma relação de parceria com tais organizações. Ainda nesse mesmo tópico, trataremos de analisar os dados que serão utilizados nesse estudo.

No quarto e último capítulo deste trabalho serão mostrados os resultados obtidos com esta pesquisa. Nesse sentido, apresentamos as principais contribuições que nosso trabalho traz para a abordagem sociológica, e principalmente, para a discussão sobre as redes sociais. Enfatizaremos também como os desdobramentos da pesquisa poderão influenciar para o desenvolvimento de uma nova pesquisa.

PARTE I

CAPÍTULO 1

BASES HISTÓRICAS DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ONGs

Como já foi dito anteriormente, nosso trabalho tem como objeto de investigação as organizações não governamentais da Cidade do Recife. Nesse sentido, faz-se necessário discutirmos como se dá o surgimento dessas organizações no contexto internacional e também no Brasil. Para tanto, vamos fazer uma abordagem sobre alguns fatores que foram fundamentais para o desenvolvimento desse tipo especial de associação voluntária, tão comum nos últimos anos.

1. As transformações econômicas, políticas e sociais

Com o fim da II Guerra Mundial, o mundo passa a vivenciar uma nova fase representada por transformações de caráter político econômico e social. As transformações de caráter político estão, de certa forma, associadas à ameaça de um conflito nuclear protagonizada por dois grandes blocos antagônicos: o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco comunista representado pela já extinta União Soviética. Esta ameaça durou até meados da década de 1980 e durante todo esse período grande parte dos

países do chamado “terceiro mundo” viveu a mercê desses dois blocos, especialmente, os países latino-americanos. Na América do Sul, principalmente, pois durante os anos de 1960 até meados dos anos de 1980, os países desse continente, vivenciaram um regime político militar, atrelado ao sistema capitalista.

As transformações de caráter econômico podem ser vislumbradas através de um desenvolvimento e de um crescimento, expressos tanto no aumento da produtividade industrial e agrícola, como também no avanço na área das comunicações. Esse desenvolvimento, no entanto, não foi experimentado em todas as partes do mundo, pois os países subdesenvolvidos, principalmente no continente africano e na América do Sul, ou aqueles em desenvolvimento continuaram a margem do crescimento econômico das grandes potências. Em alguns casos, pode-se argumentar que houve crescimento econômico, como é o caso do Brasil, todavia, esse crescimento não se traduziu em desenvolvimento por causa da forte concentração de renda nas mãos de poucos. Não se pode esquecer, por outro lado dos chamados países emergentes, tais como a China, Coréia do Sul, ou seja, os países popularmente conhecidos como Tigres Asiáticos, onde houve de fato um crescimento econômico acentuado.

As transformações sociais, por sua vez, ocorreram de forma satisfatória apenas para as nações que já detinham uma posição privilegiada antes mesmo da II Guerra Mundial. Alguns países europeus, por exemplo, conseguiram se reorganizar não apenas economicamente, mas, sobretudo, socialmente. Dentre esses países podemos destacar a Alemanha – principal pivô dos dois grandes conflitos mundiais – que ficou praticamente arrasada após o último conflito mundial, mas conseguiu se reerguer de forma surpreendente. A mudança em termos sociais nesse país pode ser percebida a partir da

queda do Muro de Berlim. Outro fator que mostra que houve uma transformação social na Europa, é a constante preocupação com as questões ambientais, não somente no território europeu, mas em todo o globo. Isto pode ser percebido pela cooperação desses países com organizações não governamentais que trabalham com essas questões, nos países do Terceiro Mundo.

Quando analisamos as nações subdesenvolvidas, entretanto, percebemos que as mudanças ocorridas se deram de forma negativa, pois os problemas que existiam anteriormente, tais como a pobreza, conflitos étnicos e religiosos, aumentaram consideravelmente, bem como surgiram outros não menos danosos à sociedade. Pode-se exemplificar pelo crescimento da violência nos países periféricos; pela degradação do meio ambiente, imposta pelos grandes centros urbanos através de suas indústrias; a recente ameaça de uma guerra bacteriológica, cuja efetivação causaria um efeito devastador.

A globalização trouxe, de certo modo, alguns efeitos positivos para o mundo, pois através dela tivemos uma maior aproximação entre as nações. Se bem que a globalização, apesar de ser um tema bastante abordado nas discussões sociológicas atuais, não é tão recente quanto se acredita, até mesmo porque a expansão do sistema capitalista, só foi possível através da ampliação de mercados fora do continente europeu. E como é que se daria esse crescimento se não houvesse uma aproximação entre os diversos continentes? No entanto, isso é uma outra discussão, cujo desdobramento será visto em outra ocasião. Dessa forma, pode-se dizer que foi através do processo de globalização que os meios de comunicação começaram a ter uma importância fundamental, tanto nas relações econômicas, quanto nas relações sociais. Um exemplo disso é o surgimento da Internet. Da mesma forma que o mercado cresceu com o uso da Internet, a sociedade também

começa a interagir com um número maior de indivíduos sem precisar sair de sua casa. Todavia, é esta mesma globalização que provoca efeitos devastadores em termos econômicos. E como não poderia deixar de ser, quem sofre os efeitos negativos são justamente as nações subdesenvolvidas.

2. A organização da sociedade civil

Esta realidade fez surgir a necessidade de modificar esse cenário. Todavia, as modificações que começaram a ocorrer não ficaram restritas apenas às ações que, normalmente, seriam atribuídas ao Estado. Dessa maneira, a “sociedade civil organizada” foi, de certo modo, obrigada a participar ativamente das discussões que propunham uma solução para estes problemas. De acordo com Tenório (1999),

“O mundo se viu diante de problemas globais cujas soluções (...) dependem da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais. E a maior novidade na história recente é a crescente intervenção da sociedade civil, que, de forma organizada, tenta ocupar espaços e propor que os aspectos sociais do desenvolvimento passem a primeiro plano”.

De fato, a sociedade civil organizada tem tido uma importância significativa para as transformações que o mundo vivenciou nos últimos cinquenta anos do século XX. No entanto, em que consistiria essa sociedade civil? E de que maneira a mesma se organizaria a ponto de influenciar no desenvolvimento do mundo atual? Com o intuito de responder a esses questionamentos mostraremos, a partir de agora, de forma sucinta, quais os

principais apontamentos que propiciam uma compreensão acerca da noção de sociedade civil.

Nos últimos dez anos do século XX a expressão “sociedade civil” tem ocupado um espaço significativo, não apenas nas discussões acadêmicas, mas também nas esferas política, econômica e social. O revigoramento dos movimentos sociais e das formas associativas, ocorrido a partir dos anos de 1950, tem contribuído bastante para que esse termo tenha se tornado uma preocupação, tanto a nível internacional, quanto a nível nacional. Apesar de estar relacionada a esses fatores, a busca para o entendimento da noção de sociedade civil não é tão recente quanto se possa imaginar, pois desde o Renascimento já se concebia uma “sociedade civil” em oposição à concepção de sociedade natural.

De acordo com Houtart⁵, “houve uma evolução da concepção de sociedade civil”. Esta evolução pode ser disposta da seguinte forma: a) a perspectiva renascentista que opõe a sociedade civil à sociedade natural; b) o filósofo inglês John Locke inclui o Estado na concepção de sociedade civil; c) para Adam Smith tanto o Estado, quanto o mercado podem ser vislumbrados a partir da sociedade civil; d) Na perspectiva Hegeliana, a sociedade civil aparece entre a família e o Estado; e) No pensamento Marxista, a sociedade civil aparece como o conjunto das relações sociais, onde as relações econômicas condicionariam as outras; f) por último, a perspectiva Gramsciana, cujo argumento, aponta duas realidades que recobrem as relações econômicas, a sociedade política e a sociedade civil (constituída pelas instituições, envolvendo indivíduos e destinadas a produzir um consenso: a escola, as mídias, as instituições religiosas, etc.).

⁵ Não foi possível encontrar a data em que o artigo desse autor foi escrito.

A variedade de significados para a expressão sociedade civil, demonstrada acima, é enorme e, nem sempre fácil de compreender, por esse motivo, seria demasiadamente longo fazer uma abordagem sobre todas as características dessa temática, segundo a perspectiva de cada período assinalado por Houtart. Ele mesmo, inclusive, prefere enfatizar a concepção contemporânea sob três orientações diferentes: a) a concepção burguesa de sociedade civil (influenciada, de certo modo pelo pensamento de Locke); b) o que ele chama de concepção ‘anjélica’⁶ (a perspectiva do terceiro setor); c) e a concepção analítica ou popular.

Na primeira orientação, o referido autor argumenta que, de acordo com a concepção burguesa, a sociedade civil “é o lugar do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e do espaço do exercício das liberdades”. Seguindo essa lógica liberalista, o mercado seria o principal organizador da sociedade civil, enquanto que ao Estado, segundo o autor, caberia apenas a função de “garantir juridicamente a propriedade privada e o livre exercício de empresa, bem como assegurar o funcionamento da reprodução social e em proteger os indivíduos”. Nessa perspectiva, o caráter assistencialista da maioria das associações voluntárias teria um papel fundamental, pois as mesmas seriam facilmente cooptadas pelo mercado não havendo, com isso, uma politização da sociedade civil. Desse modo, a concepção burguesa não seria a melhor das alternativas para a organização da sociedade.

Na segunda orientação, Houtart fala sobre a concepção “anjélica” de sociedade civil como sendo aquela que é “composta por organizações geradas pelos grupos sociais, geralmente fragilizados na sociedade atual, pelas organizações não governamentais, pelo

⁶ Acredito que o autor quer se referir a uma concepção anjelical ou ingênuo de sociedade civil.

setor não-mercantil e pelas instituições de interesse comum, educativas e de saúde”. O autor faz uma crítica a essa concepção, ao afirmar que, apesar do fato de que através dela seja possível denunciar os abusos do sistema, não é possível, contudo, chegar a uma crítica da lógica desse sistema. Nesse sentido, as ações desenvolvidas no âmbito dessa sociedade estariam menos limitadas do que na concepção anterior, ou seja, na concepção burguesa, contudo, sem uma crítica sobre as relações sociais criadas pelo capitalismo, não haveria tanta autonomia por parte dessa sociedade civil. O autor, inclusive, argumenta que esta sociedade seria objeto de cooptação das empresas transnacionais, do Banco Mundial ou até do FMI (Fundo Monetário Internacional).

A terceira orientação abordada por Houtart é a concepção analítica ou popular da sociedade civil, cujo pressuposto é o de “um lugar onde se produzem as desigualdades sociais e que existem em seu seio, instituições e organizações que representam interesses de classe muito divergentes”. A sociedade civil, nessa orientação é caracterizada pelo autor como anti-sistemática e, de certo modo, ainda permanece sendo controlada pelo mercado, pois é forjada através das desigualdades produzidas pelo mesmo, entretanto, essa sociedade civil popular seria diferente das concepções anteriores, pois já haveria uma conscientização política nesta sociedade. O autor, inclusive acredita que a sociedade civil, nesta orientação, seria a única com capacidade para enfrentar as adversidades ancoradas pela mundialização da relação social capitalista. Para que isso ocorra, entretanto, a sociedade deve se comportar de acordo com alguns pontos que são enumerados pelo autor, sem os quais, não haveria a menor possibilidade de organização dessa sociedade:

a) ela deve formular sua própria agenda, para não ficar a mercê dos que decidem a nível mundial;

- b) esta sociedade civil deve reforçar suas esperanças, reafirmando a concretização das lutas sociais;
- c) ela deve sempre procurar alternativas em todos os níveis, na esfera política, nas organizações internacionais, na vida cotidiana, etc.;
- d) ela deve conquistar os espaços públicos, construindo uma relação de força que se traduza em decisões;
- e) ela deve, concretamente, mundializar as resistências e as lutas convergindo com os movimentos sociais.

A sociedade civil, tal qual, Houtart apresenta em suas abordagens aparece um tanto quanto politicamente fragilizada, mesmo quando ele defende a concepção popular. Ele,, inclusive, faz uma crítica, quando fala da concepção anjélica, cujo pressuposto é o de uma sociedade que aparece representada por um setor que se diferencia do mercado e atua em comum acordo com o Estado. Segundo esse autor, as organizações que comporiam esse setor até que tinham uma preocupação com as condições em que essa sociedade vivia mergulhada, todavia, da mesma forma que na sociedade civil orientada pelo mercado, essas organizações não tinham uma autonomia tão acentuada, tanto no que se refere ao Estado, quanto ao mercado. Ora em primeiro lugar, a crítica que ele faz a esse setor não é dotada de argumentos convincentes, ou seja, é como se ele não se aprofundasse no assunto e, nesse sentido, a análise que ele faz desse setor é muito superficial, não dando condições para que se possa apresentá-lo de forma apolítica. Em segundo lugar, até que ponto podemos dizer que os movimentos sociais que dão voz a essa sociedade civil podem ser considerados como não politizados? Além do mais, a sociedade civil não pode mais ser compreendida apenas como em oposição ao Estado, como este autor deixa transparecer,

em suas discussões. Nessa perspectiva, Liszt Vieira em um artigo sobre a visão habermasiana de esfera pública⁷ diz que “resgatada dos livros de História pelos ativistas das últimas décadas, a noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado”.

O grande problema da crítica à concepção de sociedade civil em oposição apenas ao Estado é que, geralmente, costuma-se analisar a mesma de um ponto de vista apenas: o das ONGs. Talvez isto ocorra pelo fato de estas organizações trazerem em sua própria definição a característica de serem não-governamentais, no entanto, limitar a sociedade civil apenas a essa perspectiva é, no mínimo, uma atitude ingênua. Além disso, atualmente as discussões sobre ONGs não se limitam mais a compreensão das mesmas enquanto entidades em oposição ao Estado, pois “as organizações não governamentais são também organizações de não-mercado (ONMs) e, ainda, organizações não-corporativas” (Wolfe, 1992 apud Vieira).

A sociedade civil pode ser vista ainda sob a perspectiva de Cohen e Arato (1994), cujo argumento enfatiza a cultura, a solidariedade e as orientações valorativas como componentes importantes para a compreensão da sociedade civil. Esses autores tentam resgatar a noção de sociedade civil a partir da concepção habermasiana de ‘mundo da vida’. Eles salientam, no entanto, que Habermas não traz uma teoria propriamente dita sobre a sociedade civil, porém, traz elementos para a compreensão desse conceito. Nesse sentido, o mundo da vida compreenderia duas dimensões. Em primeiro lugar, refere-se a um reservatório de tradições implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e utilizados pelos indivíduos na sua vida

⁷ Não foi possível encontrar a data em que esta autora escreveu este artigo.

cotidiana. Em segundo lugar, contêm três componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. Quando os atores se entendem mutuamente e concordam sobre a sua condição, eles partilham uma tradição cultural; quando eles coordenam suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo solidário; os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolvem identidades individuais e sociais.

Para esses autores, há uma diferenciação estrutural do mundo da vida e esta se dá por intermédio da emergência de instituições especializadas na reprodução de tradições, solidariedades e identidades. Essa dimensão do mundo da vida equivaleria, para Cohen e Arato, ao conceito de sociedade civil. Estas instituições têm como base os direitos que constituem o terreno da sociedade civil. Nessa perspectiva, os autores destacam três complexos de direitos: os direitos da reprodução cultural; os direitos garantidores da integração social e os direitos asseguradores da socialização. Numa definição mais precisa, eles dizem que “a sociedade civil constitui uma dimensão do mundo da vida assegurada institucionalmente por um conjunto de direitos que a pressupõe, ao mesmo tempo em que a diferenciam das esferas da economia e do Estado”.

3. A sociedade civil no Brasil

No Brasil, a sociedade civil sempre esteve atrelada ao Estado durante quase todo o século XX, tendo em vista que, o autoritarismo que predominou na sociedade brasileira a

partir da década de 1930, traz consigo a expansão desse Estado, no que diz respeito à prestação de serviços nas áreas da educação, cultura e saúde. De acordo com Landim (2002: 23), a literatura diz que “a sociedade brasileira foi criada pelo Estado, correspondendo a uma sociedade civil débil, subordinada, tardia, assim como tardia foi a criação do mercado”. Antes desse período, porém, era a Igreja Católica que se empenhava nessas áreas, a ponto de, segundo esta autora, “a sociedade civil se confundir com os espaços dessa Igreja”. Ou seja, todas as organizações que se formavam até o final do século XIX, e que tinham como características a preocupação com o assistencialismo social, com as práticas educativas e com a saúde, eram criadas pela Igreja.

Com o Estado atuando nas áreas enunciadas acima, no entanto, as camadas menos favorecidas da sociedade brasileira não deixam de ser excluídas e, isso faz com que inúmeras organizações de caráter privado, porém sem fins lucrativos, continuem a surgir. Essas organizações, entretanto, mantêm uma relação de colaboração com o Estado. Não se deve esquecer, contudo, que em diversas ocasiões a ação coletiva se deu através de conflitos e não através da colaboração, principalmente quando se tratava de defender direitos do cidadão e, os movimentos sociais, nesse caso tiveram uma importância fundamental no embate “contra” o Estado. Mesmo assim, as ações visavam re-introduzir as pessoas excluídas dentro da esfera do Estado.

O que se percebe a partir do que foi assinalado anteriormente é que o associativismo na sociedade brasileira não é tão recente quanto se pode imaginar, até mesmo porque, desde o final do século XVIII já existiam as Santas Casas de Misericórdia. Todavia, é um tipo de associativismo assistencialista, cujas proposições de políticas públicas centravam-se nas formas de atuação do Estado para com a sociedade, isto é, as

associações de caráter voluntário existentes até então, não buscavam uma autonomia em relação a este Estado. De acordo com a argumentação de Landim (ibidem: 25), somente a partir dos anos de 1960, é que as organizações da sociedade civil brasileira conseguem “romper” com o Estado, ou pelo menos tentam manter uma certa independência em relação a este. Até mesmo porque é nesse período que os militares tomam o poder no Brasil e instalam um regime político autoritário que perseguirá e torturará todos aqueles que não se alinharem a esse regime.

É nesse mesmo período que os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos começam a se reafirmar e, a partir daí começam a surgir, no Brasil, as primeiras ONGs (organizações não governamentais). Estas organizações vêm, de certo modo, promover o revigoramento da sociedade civil no Brasil. Nesse sentido, desenvolveremos uma discussão sobre tais organizações. Dessa forma, enfatizaremos as principais características das organizações não governamentais, e como se dá a dinâmica de tais organizações.

4. O Terceiro Setor

Como já foi assinalado anteriormente, a concepção de sociedade civil tem evoluído nos últimos anos e nas diversas abordagens acima, pudemos perceber que os movimentos sociais foram fundamentais para que esta sociedade se organizasse. Foi através desses movimentos que muitas associações voluntárias – clubes de mães, sindicatos, fundações e, até mesmo algumas instituições religiosas, além das ONGs – iniciaram suas atividades

visando o bem comum dos menos favorecidos. Nesse sentido, acreditamos que os movimentos sociais são, de certo modo, responsáveis pelo surgimento de uma outra expressão que vem sendo bastante abordada na história recente das análises sociológicas: o terceiro setor. Este se constitui numa expressão que surge nos Estados Unidos e está relacionada aos termos ‘sem fins lucrativos’, ‘não governamentais’, ‘organizações voluntárias’, etc. De acordo com Robert Kurtz (1996)

“O Terceiro Setor é composto da união de inúmeros agrupamentos voluntários, destinados a conter a miséria social e barrar a destruição ecológica. A maioria desses grupos dá grande valor à administração autônoma. No campo prático, eles avançam no terreno abandonado pelo mercado e pelo Estado em virtude da baixa rentabilidade ou da falta de recursos financeiros. Suas atividades abrangem desde a criação de cozinhas públicas, o cultivo de hortas e a coleta de lixo, até serviços de creche, reforma de moradias e organizações de escolas particulares”.

Numa outra via, Teodósio (2001) faz um trocadilho para definir o terceiro setor. Segundo ele, “o terceiro setor pode ser entendido como aquilo que é público, porém privado ou então, aquilo que é privado porém público”. De acordo com a concepção desse autor, poderíamos argumentar que o terceiro setor é uma expressão que agrega elementos pertencentes à esfera estatal, pois o público alvo seria o próprio espaço público, porém se diferencia dela no momento em que a própria sociedade toma a iniciativa de trabalhar visando a melhoria da mesma. Da mesma forma, as organizações que compõem o terceiro setor teriam algumas características que o assemelharia ao mercado, justamente pelas mesmas não serem governamentais, no entanto, distinguir-se-iam deste por não terem como fins últimos o lucro, mas sim o benefício dos grupos menos favorecidos.

A abordagem desenvolvida por esse autor é interessante, pois traça um perfil crítico do terceiro setor, apontando algumas falhas que esse setor deixa transparecer como consequência da complexidade presente nas concepções do mesmo. Nesse sentido, a gama de entidades que compõem o terceiro setor faria com que o mesmo se tornasse um termo de difícil compreensão. De fato, se levarmos em consideração que hoje em dia o mercado (algumas empresas) está desenvolvendo projetos na área social, por conta da chamada “responsabilidade social”, uma das propostas características da Reforma do Estado, e, por esse motivo, o número de organizações constituídas para esta finalidade tem aumentado bastante, então, realmente torna-se difícil entender o que seja terceiro setor.

Na realidade, o terceiro setor é uma expressão que tem sido defendida por alguns pensadores, como é o caso de Lester Salamon, cujo argumento aponta para as transformações que o mundo vem passando e, por conta dessas transformações a sociedade civil teria uma importância significativa, pois formaria, junto com o mercado e o Estado, uma nova governança, diferente da tradicional, onde o Estado e o mercado eram quem ditavam as regras. Nessa nova forma de governar, a sociedade participaria diretamente não apenas cobrando do Estado, como se fazia anteriormente, mas também, propondo o desenvolvimento de políticas públicas que visassem o bem estar da sociedade.

Esse mesmo terceiro setor é criticado por outros pensadores, principalmente autores influenciados pelo pensamento marxista, como é o caso de Carlos Montaña. Este, faz uma abordagem crítica bastante pertinente sobre o terceiro setor, especialmente à definição desta expressão. Para ele, a concepção de terceiro setor apresenta quatro grandes debilidades teóricas. A primeira delas, consiste no fato de que, se há uma identificação da sociedade civil com o terceiro setor, então, este deixaria de ser terceiro e passaria a ser

primeiro setor, tendo em vista que, historicamente, segundo Montaña (2002, p. 54), “é a sociedade civil que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas”. Segundo esta argumentação, a origem do terceiro setor seria bastante confusa.

A segunda debilidade da concepção do terceiro setor, de acordo com o argumento desse autor, está relacionada às entidades que o compõem. Para alguns autores, este setor comportaria apenas organizações formais, enquanto que para outros, as atividades informais também deveriam ser compreendidas como pertencentes a esse setor. Nesse sentido, não haveria um entendimento por parte de muitos autores que defendem o terceiro setor, de modo que, não se teria, de fato, uma idéia exata de quais entidades realmente fariam parte desse setor.

A terceira debilidade refere-se a grande diversidade das instituições que integram o terceiro setor. De acordo com a perspectiva de Montaña, um setor que agrega organizações não governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil e outros tipos de entidades com características diversas confunde mais do que esclarece.

A quarta debilidade apontada por este autor refere-se às características expressões não-governamental, não-lucrativo e auto-governado dessas entidades. Para ele, a partir do momento em que as ONGs passam a ser financiadas por entidades de caráter governamental, através de parcerias, ou então quando são contratadas pelo Estado para executar suas funções, o caráter não governamental destas organizações fica bastante comprometido. A crítica feita por esse autor não é, de todo, desprovida de fundamento, até mesmo porque a aproximação entre algumas ONGs e os órgãos públicos, tem sido uma

das alternativas encontrada por estas organizações para enfrentar o principal problema que ocorre no âmbito das organizações não governamentais, que é a escassez de recursos financeiros. Claro está também, que esta aproximação pode levar tais entidades a perderem sua identidade, bem como comprometer sua missão original (mostraremos isso mais adiante).

O que Montaña não leva em consideração aqui é que na maioria dos casos, os recursos obtidos pelas organizações não governamentais são adquiridos através de parcerias estabelecidas entre estas ONGs e as Agências de Cooperação Internacional. Fernandes (1994), inclusive, argumenta que

“as ONGs não poderiam existir sem suas relações internacionais. Independentemente do Estado, na contramão do mercado e distanciada da (frágil) filantropia local, as ONGs encontraram sustento no sistema de cooperação internacional. Se converteram em sócias de instituições voltadas para os dilemas globais do desenvolvimento”

Dessa forma, não podemos fazer generalizações dizendo que todas as ONGs estabelecem parcerias com o Estado, nem podemos, por isso, acreditar que estas deixem de ter características não governamentais. Além disso, nem todas as organizações prestam serviços ao Estado, sem contar com inúmeras ONGs que sobrevivem às custas de seus próprios esforços sem contar com ajuda do Estado, de agências de cooperação internacional, do mercado etc.

Uma coisa que podemos perceber nas abordagens críticas do terceiro setor é que geralmente, em suas análises sobre esta temática, muitos pensadores costumam apresentar o terceiro setor como composto por inúmeras organizações voluntárias, no entanto, na hora em que os mesmos fazem suas críticas, as organizações não governamentais aparecem como representantes únicas desse terceiro setor, como já foi visto na abordagem

de Houtart sobre sociedade civil. Isto pode se caracterizar em um erro, primeiro porque as organizações não governamentais não surgem com o propósito de substituir o Estado, como provedoras únicas de bens públicos, nem tampouco teriam forças suficiente para tal objetivo. Dessa forma, as críticas feitas nessa direção são, de certo modo, desprovidas de argumentos convincentes. Sabemos que existem algumas exceções e a discussão apresentada por Teodósio é um exemplo. Na abordagem desse autor, percebemos justamente o contrário, pois dentre os exemplos de organizações que compõem este setor, ele destaca: as associações voluntárias, as organizações não governamentais, as instituições filantrópicas, as instituições de caridades, as igrejas e/ou seitas, fundações, organizações sociais, sindicatos, etc. Assim, esse autor se diferencia dos demais através de sua crítica e com certa propriedade.

Também está claro para nós que quando se agrupa uma grande quantidade de entidades com características distintas num mesmo “saco”, torna-se bastante difícil fazer uma separação para saber se todas essas entidades estariam realmente comprometidas, de fato, com o desenvolvimento da sociedade, ou se apenas algumas poucas teriam interesse em propor alternativas para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, apesar de sabermos da existência de associações que estão mais preocupadas apenas com o enriquecimento de seus diretores, acreditamos que não se pode considerar toda e qualquer entidade que compõe o terceiro setor como se fossem entidades “pilantrópicas”.

De qualquer forma, o terceiro setor é uma realidade, quem quiser questioná-lo que o faça, o fato é que o mesmo vem crescendo como uma área importante na provisão de serviços para populações pobres (Fontes, 2001). Uma das formas de mostrar esse crescimento pode ser vislumbrada através do aumento do número de pessoas empregadas

nesse setor nos últimos anos. Fontes, inclusive, mostra números significativos nesse sentido. Segundo seu argumento, no período compreendido entre os anos de 1991 a 1995, houve um crescimento médio de 45% na quantidade de pessoas empregadas nesse setor. Para ele, o crescimento foi maior do que a força de trabalho brasileira nesse mesmo período.

5. As ONGs no contexto global

Como uma das formas associativas que compõem o Terceiro Setor, as organizações não governamentais surgem trazendo uma proposta alternativa para atender as populações menos favorecidas, numa tentativa de amenizar os efeitos negativos provocados, por um lado, pela lógica perversa do sistema capitalista, que muitas vezes constrói a riqueza de alguns países (Estados Unidos, Inglaterra, França etc.) às custas do empobrecimento de outros (países africanos, latino americanos, etc.), e, por outro lado, pela ineficiência do Estado em atender aos anseios da sociedade de forma satisfatória. As Organizações Não Governamentais podem ser consideradas como uma das principais formas que caracterizam o associativismo voluntário. Estas organizações surgiram, inicialmente, nos países do Hemisfério Norte, logo após o fim da II Guerra Mundial. De acordo com o argumento de Ilse Sherer-Warren (2001: 162) “o termo ONG vem dos países do Norte (...), referindo-se a entidades ou agências de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas, em favor de populações desprivilegiadas do Primeiro e do Terceiro Mundos”.

Provindo do termo inglês Non-Governmental Organizations (NGO), as organizações não governamentais surgiram no cenário internacional a partir dos anos de 1940. No entanto, apenas a partir do final dos anos de 1970 é que as ONGs ganham notoriedade, quando o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) começa a entrar em colapso. Segundo Mendes (1999: 19),

“O termo ONG (...) surgiu pela primeira vez em documentos das Nações Unidas no final da década de 1940, e referia-se a um universo extremamente amplo e pouco definido de instituições. Em 1945, a Ata de Constituição das Nações Unidas já menciona o termo organizações não governamentais, com as quais o Conselho Econômico e Social da ONU poderia estabelecer consultorias”.

A definição para a expressão Organizações Não Governamentais é, de certa forma, complexa, pois, como sugere o próprio termo, poder-se-ia argumentar que as ONGs seriam organizações não pertencentes à esfera estatal, todavia, existem inúmeras outras organizações, algumas com características semelhantes às ONGs, que também não fazem parte do Estado, contudo não se costuma atribuir a estas organizações o termo *Organizações Não Governamentais*. Entre estas temos as igrejas, as fundações (entidades de caráter filantrópico), as associações de moradores etc. Além disso, um outro fator que dificulta ainda mais a compreensão é o fato de que em alguns países africanos, como argumenta Menescal (1996), “grande parte das ONGs foram criadas pelo governo ou fazem parte deste”.

Na Alemanha, de acordo com esta mesma autora, “o termo ONG surgiu muito mais dentro do governo do que fora dele”. Nessa perspectiva, surge um questionamento: as organizações não governamentais existiriam de fato? Responder a esta pergunta não é

tão difícil quanto se pode imaginar, principalmente, quando se leva em consideração as diferentes formas de organização econômica, social, política e cultural das nações onde as organizações não governamentais se instalaram, especialmente, onde a forma de atuação do Estado não é condizente com as reais necessidades da sociedade. Nessa perspectiva, Meksenas (2002) acredita que existem duas dimensões nas quais as ONGs se originam: a dimensão cultural e a dimensão econômica-política-social. Em ambas as dimensões, segundo a argumentação desse autor, a independência de tais organizações frente ao Estado é o principal ponto de partida para que estas sejam compreendidas como organizações não governamentais.

As duas dimensões a que se refere Meksenas estão fortemente relacionadas às condições históricas do Estado. Assim, de acordo com a perspectiva desse autor, cujo pressuposto é o de que onde o Estado teria sido marcado por uma tradição não autoritária, as ONGs teriam emergido no âmbito da cultura e teriam, por isso, maior independência frente a esse Estado. Dessa forma, as organizações não governamentais existentes nos países desenvolvidos do Hemisfério Norte estariam mais preocupadas com questões ambientais, questões étnicas, com a sexualidade e com a comunicação. Nos países em que o autoritarismo era a marca maior do Estado, as ONGs emergiram no âmbito econômico-político-social e a independência dessas organizações frente ao Estado e ao Mercado seria relativa, pois de acordo com esse mesmo autor, tais organizações deveriam estabelecer uma mediação com estas esferas, pois sem essa mediação “as ONGs não teriam o contraponto político e econômico necessário ao seu desenvolvimento e à sua identidade” (Meksenas 2002: 152-153).

Os países sul-americanos constituem-se em grandes exemplos, pois passaram por um período, no qual o processo político, econômico e social girava em torno de regimes autoritários cujo poder se encontrava nas mãos dos militares. A radicalização dos regimes militares desses países provocou um certo “desequilíbrio social” referente às questões sociais como direitos humanos, cidadania etc. Esse desequilíbrio pode ser exemplificado pelo fato de que muita gente foi torturada e morta em países como a Argentina, o Chile, o Brasil etc. É nesse mesmo contexto que surge um elevado número de Organizações Não Governamentais nos países da América do Sul, a partir dos anos de 1970. Segundo Rubem César Fernandes, “as ONGs tornaram-se um fenômeno massivo no continente a partir da década de 1970. Cerca de 68% surgiram depois de 1975. Um número significativo (17%) data de 1950 a 1960 e os restantes 15% distribuem-se de maneira regular pelas décadas anteriores”.

Assim, a maioria das organizações não governamentais dos países latino-americanos, especialmente aquelas dos países da América do Sul, mais especificamente, as ONGs brasileiras, possuem características bastante semelhantes. Dentre estas características pode-se destacar as seguintes:

- a) as ONGs latino-americanas foram criadas, essencialmente por grupos religiosos, e, já se pode argumentar que estas organizações seriam de fato não governamentais;
- b) são organizações que trabalham com educação popular, assessoria, desenvolvimento e promoção social, desenvolvimento rural, crianças e adolescentes, mulher; meio ambiente, comunicação, direitos humanos, cidadania etc.;
- c) são organizações que apresentam uma certa formalidade, ou seja, não se restringem a um mero agregado de pessoas com o intuito de desenvolver trabalhos voluntários, e sim

organizações que possuem uma estrutura formal, com características privadas, porém sem fins lucrativos e apresentam também, uma certa autonomia, tanto no que se refere ao Estado, quanto no que se refere ao próprio público-alvo.

6. As ONGs no Brasil

No Brasil, as organizações não governamentais aparecem, segundo Mendes (1999: 9)⁸ como “um conjunto de entidades com características peculiares constituídas e reconhecidas pelos próprios agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública”. O autor argumenta ainda que “sendo entidades civis sem fins lucrativos, as ONGs , para efeito legal, podem constituir-se quer como associações quer como fundações”. De acordo com a perspectiva desse autor, o surgimento das ONGs pode ser apresentado a partir de dois momentos distintos. O primeiro representa o período compreendido entre o início da década de 1960 e o final da década de 1970. Foi nesse período que surgiram duas das principais ONGs brasileiras: a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); e o CEDAC (Centro de Ação Comunitária). Essas duas ONGs apresentavam, segundo MENDES (1999), um forte caráter assistencialista, até mesmo pelo fato dessas organizações terem se originado a partir de grupos religiosos e, como já foi assinalado anteriormente, o assistencialismo nas organizações criadas pela Igreja era muito forte.

⁸ Esta definição é, na realidade, encontrada no Código Civil e foi citada por este autor.

O segundo momento corresponde a década de 1980, onde outras ONGs começam a aparecer, algumas seguindo a mesma linha assistencialista que aquelas surgidas nas duas décadas anteriores, outras com características mais políticas, cuja preocupação maior era com questões como, direitos humanos, outras com a exclusão social e com a cidadania. Um fator contribuiu bastante para o surgimento de organizações voltadas para estas questões: o fim da Ditadura Militar em meados dos anos de 1980. Com o fim de um regime político que mandara muita gente para o exílio, a garantia dos direitos humanos e a promoção da cidadania, passam a representar o ponto de partida para algumas dessas pessoas exiladas politicamente. Nesse sentido, a fundação de ONGs com tais objetivos foi crescente nesse período. Um grande exemplo, foi a criação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), uma ONG que ficou bastante conhecida no Brasil, através da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela vida, coordenada e organizada por Betinho (um dos seus fundadores).

As ONGs que tem o formato que conhecemos hoje, apesar de terem surgido entre os anos de 1960 e 1980, apenas a partir de 1992, através da Eco 92⁹, que as ONGs passam a despertar a atenção, tanto da mídia, quanto da opinião pública brasileira. O fato é que houve um crescimento acentuado do número de organizações não governamentais no Brasil nas duas últimas décadas do século XX.

Segundo Mendes (1999: 21) “AS ONGs estabeleceram-se e consolidaram-se à medida que se legitimaram num amplo e diversificado campo de associações civis, sobretudo a partir dos anos de 1970, com crescimento em progressão geométrica nas

⁹ II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. Esta conferência contou com a participação de 114 chefes de Estado, 10 mil jornalistas e 40 mil militantes de 3.200 ONGs. Essa conferência foi encerrada com a assinatura da Agenda 21, documento que previa uma série de estratégias de desenvolvimento sustentado.

décadas de 1980 e 1990”. Esse crescimento, pode estar associado a dois fatores: a) a ajuda externa para o Terceiro Mundo teve um acréscimo significativo entre 1960 e 1980, segundo o argumento de Mendes, “através das agências não-governamentais européias a ajuda que antes era de 2,8 bilhões de dólares passou a ser de 4,7 bilhões de dólares representando um aumento de 68%” (op. cit); b) a “disposição” do Governo Federal de formar parcerias com a sociedade civil numa tentativa de buscar alternativas para resolver questões na área social. Essa idéia começa a tomar forma a partir da aprovação da Constituição de 1988 e, posteriormente começa a ser posta em prática, com a implementação de políticas neoliberais por parte do Governo Federal. A “sociedade civil” começa, então, a participar da promoção de políticas sociais. Foi justamente no governo de Fernando Henrique Cardoso que foi criado o Projeto de Lei n.º 4.690/98 que tratava de regular as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Estas organizações, de certa forma, foram criadas com o objetivo de gerenciar parte da área social estatal. Paralelo ao crescimento acentuado do número de ONGs, nos períodos assinalados acima, surgem inúmeros problemas relacionados às mudanças ocorridas na economia e na política brasileira, bem como na própria estruturação dessas organizações. Esses problemas serão abordados no próximo tópico.

7. Diagnósticos e perspectivas para as ONGs brasileiras

Do final dos anos de 1980 até os dias atuais, as organizações não governamentais brasileiras se viram obrigadas a passar por um processo de transformação que, inclusive,

tem ameaçado a identidade das mesmas, enquanto entidades de caráter não governamental, a sua missão institucional, e também a sua autonomia. Essas transformações aconteceram paralelamente às mudanças ocorridas tanto no Brasil, quanto no exterior. Foram mudanças que influenciaram, de forma significativa, por um lado, na reestruturação daquelas organizações mais antigas e de grande porte. Estas mudanças também foram importantes para o surgimento e desenvolvimento de outras organizações, com características diferentes das primeiras. Por outro lado, foram mudanças que provocaram, de certo modo, a extinção de outras organizações não governamentais, principalmente daquelas de menor porte.

Dentre as principais mudanças que ocorreram no Brasil, podemos destacar: a) o processo de institucionalização da participação da sociedade civil na promoção de políticas públicas e sociais ocorrido nos anos de 1990; b) a expansão dos direitos de cidadania política; c) a introdução de novos direitos sócio-econômicos. Essas modificações tiveram, por um lado, um significado positivo para o campo de atuação das organizações não governamentais. Por outro lado, ocasionaram o surgimento de alguns problemas que, além de ameaçar o desenvolvimento dessas organizações, suscitam dúvidas até mesmo no que se refere à identidade destas organizações, bem como no que se refere à questão da autonomia destas frente ao Estado.

No que se refere ao fator positivo, acreditamos que as organizações não governamentais começaram a ter, a partir dessas mudanças, as seguintes características: a) um maior poder de articulação com outras ONGs e também com inúmeras outras entidades; b) as ONGs começaram a se organizar em redes tanto em nível local quanto em nível global; c) em decorrência dessas redes as informações circulam com maior

intensidade entre as organizações não governamentais; d) estas organizações começaram a se preocupar com uma maior visibilidade perante a sociedade, principalmente, depois que o governo brasileiro criou as chamadas ‘Organizações Sociais’, para que as mesmas gerenciassem parte da área social; e) as ONGs buscam uma maior eficiência organizacional e uma maior capacidade de inovação, ou seja, as organizações não governamentais foram obrigadas a passar por um processo de profissionalização, no qual a competição por recursos tornou-se prática comum entre estas entidades.

As mudanças que ocorreram no Brasil não foram tão positivas para as organizações não governamentais, salvo pelos fatores enunciados acima, pois tais organizações apresentam dificuldades relevantes, principalmente, no que diz respeito a sobrevivência das mesmas. A partir da regulamentação do marco legal das organizações da sociedade civil, cuja contribuição principal foi tornar as ONGs reconhecidas como organizações de direito privado, porém, com finalidade pública, podendo, por isso, receber fundos públicos mediante certas exigências, muitas organizações não governamentais começaram a surgir. Algumas dessas organizações já existiam como associações e apenas tiveram que mudar formalmente sua razão social, enquanto que outras foram criadas. O fato é que o aumento do número de organizações dessa natureza, acarretou um problema maior: a sustentabilidade financeira das mesmas ficou bastante comprometida. Se bem que os recursos disponíveis para as organizações não governamentais sempre foram escassos, pois como mostra o passado recente dessas organizações, não havia muito interesse dessas ONGs em manter relações com o Estado, até mesmo pelo fato de estas organizações terem surgido em oposição ao Estado, e, da mesma forma, não existia parceria entre estas e as empresas.

As principais fontes de recursos das organizações não governamentais eram provenientes das agências de cooperação internacional. Rubem Cezar Fernandes (1994), inclusive, diz que “sem os financiamentos estrangeiros, os movimentos não teriam acontecido no volume e na forma em que se deram”. Atualmente, a situação é diferente, pois, houve uma redução acentuada no volume de financiamentos dessas agências para as organizações não governamentais brasileiras. Essa redução ocorreu por conta das mudanças que ocorreram na Europa. Primeiro devemos salientar que nos anos de 1990, o Leste europeu diminuiu bastante a cooperação governamental ao desenvolvimento; nesse mesmo período, houve também uma diminuição bastante significativa nas contribuições do público em geral; a eficiência da cooperação para o desenvolvimento começa a ser questionada, transformando-se em dúvida, por parte das pessoas e/ou instituições que costumavam cooperar; muitos trabalhadores europeus perderam seus empregos. Esses e outros fatores contribuíram para que houvesse uma retração das agências de cooperação européia.

Estas agências, por sua vez, tiveram que modificar sua imagem perante a opinião pública e, nesse sentido, tornou-se necessária uma revisão da sua identidade, bem como foram obrigadas a fortalecer as vantagens comparativas e mostrar competência e eficiência na captação de recursos. Além disso, estas agências se tornaram mais dependentes de recursos oriundos do governo e de empresas de seus países. Houve também um redirecionamento dos recursos para países menos favorecidos como a África e para o Leste europeu e, como consequência, houve uma acentuada redução no apoio ao continente latino-americano. O número de organizações apoiadas no Brasil ficou bastante reduzido e a seleção de novas entidades para o estabelecimento de parcerias ficou muito

mais rigorosa. O apoio às organizações não governamentais brasileiras, por parte das agências de cooperação internacional, ficou condicionado a uma concentração temática e regional. A eficiência em termos de organização e desenvolvimento institucional tornou-se uma exigência constante para essas agências, principalmente nas seguintes áreas: a) planejamento social; b) avaliação; c) monitoramento; d) gestão; e) e responsabilidade social. Essas agências também foram obrigadas a ampliar as oportunidades de parcerias não financeiras com as organizações que forem apoiadas por tais agências.

Diante das diversas mudanças enunciadas acima, as organizações não governamentais brasileiras passaram a competir entre si e com outras entidades do terceiro setor por maiores recursos financeiros. Além disso, estas ONGs se viram forçadas a procurar uma maior aproximação, tanto com o governo (nas três esferas: federal, estadual e municipal), quanto com as empresas. O problema é que com a aproximação entre as organizações não governamentais com o Estado e o mercado, aumenta-se o risco destas organizações perderem sua identificação enquanto entidades autônomas frente ao Estado e ao mercado. Dessa forma, a sustentabilidade financeira é um dos principais desafios que estas organizações estão tendo que enfrentar. Nesse sentido, o fortalecimento das redes destas ONGs se apresenta como uma alternativa importante para a sobrevivência das mesmas, pois a organização destas entidades em redes possibilita às mesmas criarem estratégias necessárias para o enfrentamento destas dificuldades, sobretudo porque a informação tem se constituído numa fonte de poder muito forte e a formação de redes permite uma maior circulação das informações.

CAPÍTULO 2

REDES SOCIAIS: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O presente capítulo começa a mostrar agora as principais discussões relacionadas a temática das redes sociais. Inicialmente faremos uma abordagem sobre a importância do estudo das redes sociais para o desenvolvimento dos pesquisadores brasileiros. Logo após, faremos uma caracterização sucinta das abordagens utilitaristas, estruturalistas e também sobre a perspectiva da dádiva. Em seguida, retornaremos com a discussão mostrando como a análise de redes sociais, enquanto instrumental metodológico pode ser vislumbrado dentro das três abordagens enunciadas acima.

1. Por que as Redes Sociais?

O interesse em estudar as redes sociais ainda é muito recente no âmbito das ciências humanas. Na realidade, somente a partir da década dos anos de 1970, é que as abordagens sobre essa temática se iniciam de fato, além do mais, apenas nos anos de 1990 é que os estudiosos brasileiros começam a se interessar por essa temática e começam a empreender inúmeros trabalhos nessa perspectiva. Contudo, a idéia de redes sociais não é tão recente quanto se pode imaginar, principalmente porque essa temática apresenta como

característica uma abordagem que enfatiza a teia de relacionamentos que envolvem os indivíduos e/ou grupos sociais. Nessa perspectiva, pode-se argumentar que as ciências sociais, particularmente a sociologia, vêm desenvolvendo inúmeros estudos desde o início de século XX. Vários pensadores, dentre os quais pode-se destacar Simmel, têm se preocupado com a questão da interação entre os indivíduos. Este autor afirma, inclusive, que “a própria sociedade em geral se refere à interação entre os indivíduos” (Simmel, 1983).

Na sociologia, os estudos sobre migração têm se tornado o exemplo mais emblemático desse tema. Os movimentos sociais também são analisados sob a perspectiva das redes sociais. O associativismo voluntário, como objeto de estudo da sociologia, também tem contribuído bastante com abordagem nessa via, pois é uma das áreas que vem sendo destacada a partir dos últimos dez anos do século XX, principalmente com o crescimento do chamado Terceiro Setor. Além das áreas enunciadas acima, as redes sociais também são objetos de estudos no campo da informação e começam a despertar a atenção da área da saúde, principalmente no que se refere à saúde coletiva. Um exemplo, nesse sentido, pode ser dado pela pesquisa Redes Sociais e Vigilância Civil no Nível Local empreendida sob a coordenação de Eduardo Navarro Stotz na Cidade do Rio de Janeiro em 2001. Outro exemplo é a pesquisa Redes de Vigilância e Problemas Endêmicos desenvolvida na Cidade do Recife no ano de 2003 coordenada pelos professores Lia Giraldo e Paulo Henrique Martins. É, contudo, no campo do voluntariado que as redes sociais tem atraído os pesquisadores, pois com o revigoramento da sociedade civil a quantidade de associações tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

Como podemos perceber, as redes sociais tornaram-se bastante comuns nas abordagens sociológicas. Todavia, o que podemos entender por redes sociais? Da mesma forma, poderíamos perguntar quais os principais aspectos dessa teoria que faz com que a sociologia se interesse em utiliza-la atualmente? Por que a análise de redes sociais para investigar os fenômenos sociais, antes restritos às teorias tradicionais? Com base nesses questionamentos, vamos fazer uma abordagem enfatizando as principais características das redes sociais.

Nos últimos trinta anos do século XX, a Sociologia vivenciou inúmeras discussões de caráter teórico e empírico, nas quais, se buscava, uma compreensão acerca da eficácia ou deficiência dos paradigmas que dominaram o século em questão e que, de certa forma, continuam vigentes no cenário global atual: a) o individualismo metodológico (visto por muita gente como uma abordagem utilitarista); e a corrente estruturalista. Junto a essas discussões, a tentativa de criar um paradigma que substituísse os dois anteriores, tornou-se prática comum no âmbito das Ciências Sociais (a Teoria da Dívida é um forte exemplo disso). No entanto, não se pode afirmar se houve ou não a substituição das teorias que dominaram o pensamento sociológico. O que se pode perceber de fato, é que houve, a reafirmação de cada um desses paradigmas através de abordagens que, sem dúvida, contribuíram para o enriquecimento teórico, mas que não trouxeram consigo a certeza de qual desses seria o modelo teórico imprescindível para as Ciências Sociais. As redes sociais, por sua vez, consistem em uma temática recente nas abordagens sociológicas, como já foi assinalado anteriormente. É uma “teoria” que constrói suas análises baseando-se nas relações entre os indivíduos e entre esses e as instituições sociais. Nesse sentido, pode-se perceber que é um tema que se situa dentro das abordagens estruturalistas, como

será mostrado adiante. Entretanto, em alguns estudos com características utilitaristas podem surgir elementos passíveis de observação sob a perspectiva da análise de redes sociais. Da mesma forma, acontece com a teoria da dádiva. Antes de falarmos sobre estes aspectos, entretanto, faz-se necessário mostrar alguns aspectos destas teorias e, em seguida, mostrar como as redes sociais se apresentam sob a ótica de cada um desses paradigmas.

2. O individualismo metodológico

No que se refere ao individualismo metodológico (IM), cuja unidade de análise primeira seria o indivíduo¹⁰, enquanto um ator social – onde na maioria dos estudos que tem por base o IM – imputam a este indivíduo a característica de uma racionalidade inerente às suas ações. Aqui, deve-se destacar, no entanto, que este é um pressuposto metodológico (o ator social seria racional) e não ontológico (o homem seria racional) (cf. Boudon, 1996). Esta afirmação de que existe uma racionalidade para o ator está no sentido de supor que todas as ações dos indivíduos são compreensíveis, além disso, possuem motivos passíveis de serem apreendidos, mediante a conjugação de evidências empíricas elaborando uma ciência social de caráter “materialista”, ou seja, a explicação para as ações dos indivíduos pode ser localizada nos motivos, nas razões válidas, nos seus interesses e em sua localização no mundo social. Um dos expoentes dessa abordagem é Mancur Olson (1999), que traz uma abordagem enfatizando que fenômenos de natureza macro-

¹⁰ Não confundir o Individualismo Metodológico com o atomismo, pois o primeiro, parte de uma análise do indivíduo em interação com outros indivíduos, enquanto que o segundo diz que o indivíduo está “solto” no mundo social.

sociológicas como a ação coletiva de um sindicato, por exemplo, teria origem na consecução de incentivos aos indivíduos da classe, pois sendo racionais, estes não executariam ações de caráter altruísta.

3. O estruturalismo

A abordagem estruturalista, por sua vez, traz uma discussão divergente do individualismo metodológico, pois não considera o indivíduo como elemento primeiro de investigação. A unidade de análise dessa perspectiva são as sociedades, cujos fenômenos, que lhe dão forma, estariam fora do alcance deliberado dos indivíduos, existindo estruturas definidoras das ações dos sujeitos e das instituições. Essas estruturas estariam presentes no indivíduo na forma de um habitus (cf. Bourdieu 1993), cuja atuação estaria “fora” da racionalidade, ou mesmo controlaria esta última, já que estariam internalizadas no próprio corpo do sujeito de modo que a deliberação consciente seria a “superfície”, mais diretamente captada pelo pesquisador. O estruturalismo pressupõe ainda que as estruturas seriam hipóteses de trabalho úteis necessárias à explicação dos limites da racionalidade, isso equivaleria a dizer que o mundo social não é redutível a modelos matemáticos de racionalidade (característica da teoria dos jogos).

4. A Teoria da Dádiva

A Dádiva é uma teoria que surge, inicialmente sem a intenção de ser uma teoria, como argumenta Godbout (1998), no entanto, segundo esse mesmo autor “a dádiva

desafia os dois grandes paradigmas existentes nas ciências humanas”, o individualismo metodológico e o paradigma holístico. A Dádiva é definida de forma negativa como “tudo que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado nem ao Estado (...), nem a violência física” e de forma positiva como o que circula em prol do ou em nome do laço social.

A principal característica da Dádiva é que a mesma pode ser vista sob a perspectiva de um sistema social tripartite que funciona a partir de três movimentos (dar, receber e retribuir) ao contrário do Mercado (equivalência) e do Estado – obrigatoriedade. Ou seja, a Dádiva difere, de acordo com Godbout (1998) tanto do paradigma dominante – utilitarista – quanto do modelo holista. No primeiro caso, o autor argumenta que a Dádiva não corresponde ao modelo mercantil porque “o que caracteriza o mercado, é a transação pontual, sem dívida, enquanto que a Dádiva é caracterizada justamente pelo contrário, isto é, pela busca da dívida”. No que se refere ao segundo caso, Godbout (1998) diz que não se pode atribuir à Dádiva o mesmo valor que o paradigma holista porque

“Em primeiro lugar, os atores valorizam o prazer na dádiva. Uma dádiva feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior. A moral do dever não se aplica à dádiva. Vimos que ela era fundamental para a Socioeconomia. Além disso, a relação da dádiva com as regras torna-a diferente do paradigma holista, e igualmente do modelo individualista. Pois os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas. Por isso, é de muito mal gosto deixar o preço num presente ou aludir a ele”

A Dádiva apresenta quatro regras que a diferencia dos paradigmas utilitaristas e holistas: a) diferentemente do sistema mercantil, no sistema da dádiva, as trocas e os contratos aparecem sob a forma de presentes, recebidos e devolvidos; b) caráter

voluntário, aparentemente livre e gratuito dessas prestações, é também, ao mesmo tempo, obrigatório e interessado; c) as trocas no sistema da dádiva possuem significados materiais e também simbólicos complexos compondo a sociedade como um fenômeno social total onde se apresentam instituições diversas: religiosas, jurídicas, morais, econômicas, políticas, familiares etc.; d) a dádiva é um sistema paradoxal constituído por quatro elementos: obrigação, interesse espontaneidade e prazer.

5. A Análise de Redes Sociais (ARS): paradigma ou metodologia?

Como já foi assinalado anteriormente, as discussões sobre redes sociais têm sido abordadas em diversos estudos, no entanto, esses debates giram em torno da percepção das redes sociais enquanto paradigma ou enquanto instrumental metodológico. Nessa perspectiva, um outro termo deve ser enunciado: a análise de redes sociais (ARS). De acordo com Fazito (2002),

“A ARS ainda se ressent de um debate acalorado, porém marginal, com respeito às abordagens teóricas que se utilizam da metodologia de redes sociais. Por exemplo, a perspectiva estrutural das redes não é exatamente consensual. Mesmo quando se observa a presença mais destacada de certas tradições intelectuais (como a antropologia social britânica ou o estruturalismo americano de Harrison White e Peter Blau), ainda assim a interpretação e utilização de termos-chave como ‘estrutura’, ‘organização’ e ‘capital social’, variam enormemente (...)”.

O fato é que a análise de redes sociais vem crescendo nos mais diversos campos do conhecimento e enquanto não se chega a um consenso sobre este impasse, muitos estudiosos aproveitam e vêm desenvolvendo inúmeros trabalhos sobre as redes sociais

enquanto métodos indispensáveis aos estudos das relações sociais. É o caso, por exemplo, do francês Alain Degenne (1999) que define a análise de redes sociais como “um recente conjunto de métodos para o estudo sistemático de estruturas sociais”, bem como, do norte-americano Wasserman (1998) que apresenta as características fundamentais desse tipo de análise:

“a) o foco em relações e em padrões de relações, requer um conjunto de métodos e conceitos analíticos que são distintos dos métodos das estatísticas tradicionais e análise de dados; b) a análise de redes sociais é baseada em uma assunção da importância do relacionamento entre unidades de interação; c) as relações definidas por vínculos entre unidades são componentes fundamentais da teoria de redes; d) a unidade de análise em análise de redes não é o indivíduo, mas uma entidade consistindo de uma coleção de indivíduos e os vínculos entre eles”.

O estudo sobre as redes sociais apresenta alguns índices estatísticos que permitem a mensuração do tipo de vínculo social existente entre os atores e/ou instituições, dentre os quais destacamos: a) centralidade, cuja definição consiste na “localização do ator em relação à rede” (Fazito 2002) (a noção de centralidade será melhor desenvolvida mais adiante); b) densidade, definida como “a proporção de laços efetivos entre laços possíveis. Uma medida do grau de inserção dos atores na rede” (ibidem p. 22); c) hierarquia; d) indegree, que pode ser compreendido como “o número total de pontos que possui linhas direcionadas para o ponto inicial” (Scott 1998:72).; e) outdegree, cujo significado consiste no “número total de pontos para os quais o ponto inicial possui linhas direcionadas” (ibidem: 72); f) homofilia que, de acordo com a perspectiva de Degenne (1999) pode ser definida a partir de uma certa homogeneidade nas relações, isto é, as pessoas geralmente se relacionam com outras pessoas que possuem características semelhantes, mesmo havendo liberdade de escolha. Segundo este autor, “a homofilia é uma característica chave

nas relações de afinidades”; g) multiplexidade, cujo significado é obtido através do estudo de vários tipos de relações em uma rede. Para Degenne, uma relação simples é multiplexa se ela transaciona vários gêneros de trocas concorrentemente.

Como já foi dito anteriormente, os estudos sobre redes sociais situam-se dentro das abordagens estruturalistas, pois tem como foco de análise os vínculos que ligam os indivíduos a outros ou às instituições. Esse fato pode ser encontrado nos escritos de autores semelhantes a Wellman (1983), cujo argumento diz que os analistas de redes têm tido duas orientações distintas: uma formalista e outra estruturalista. Na primeira delas “eles concentram os estudos mais na forma dos padrões de redes do que no conteúdo dessas redes, mostrando uma sensibilidade Simmeliana que formas similares podem ter comportamentos similares em grandes contextos substantivos”. Na orientação estruturalista, o autor argumenta que estes analistas “usam uma variedade de conceitos analíticos de redes e técnicas endereçadas a questões de pesquisas substantivas que preocupam muitos sociólogos”. Segundo este autor,

“Alguns pesquisadores analisam redes completas – todos os laços de um certo grupo entre todos os membros de uma população – para estudar os padrões estruturais (...) de vínculos entre grandes corporações. Outros analisam redes pessoais – definitivas do ponto de vista de indivíduos focais – para estudar como a composição, conteúdo e configurações de laços afetam os fluxos de recursos dessas pessoas” (Wellman, 1983).

Apesar do fato de que, na maioria das vezes, a análise de redes sociais está associada à abordagem estruturalista, alguns estudiosos recentemente tem tentado vincular a idéia de redes sociais dentro da abordagem utilitarista, ou seja, no individualismo metodológico. Principalmente, nos estudos sobre a interação virtual (Interação construída a partir da internet). Um exemplo disso é o artigo escrito por Manuel Lopes da Silva

(s.d.)¹¹, que com base nos estudos de Castells, argumenta que no seio da sociedade existe uma tendência dominante na evolução das relações sociais para o individualismo. Assim de acordo com essa perspectiva.

“As relações primárias concretizadas na família, as secundárias proporcionadas pelas associações, e as terciárias (características da comunidade) tornam-se personalizadas, incarnadas em redes centradas no EU, surgindo, portanto um individualismo em rede. O indivíduo (que era um valor do capitalismo norte-americano) constrói hoje suas redes ‘on-line’ e ‘off-line’ na base de seus interesses, valores, afinidades e projetos”.

Além do mais, Weber Soares (2002) citando Degenne afirma que o individualismo metodológico pode ser dividido em dois outros paradigmas: o individualismo intencional e o individualismo estrutural. O primeiro estaria ligado à economia liberal e neoliberal utilitarista e sustentaria que o indivíduo racional busca o próprio interesse e toma decisões que permitem elevar, ao máximo, a própria utilidade. No individualismo estrutural, continua Soares, os atores não se guiarão apenas pelo auto-interesse objetivo, mas também pelo auto-interesse subjetivo, cuja racionalidade absoluta cederia lugar à racionalidade relativa, ou seja, o *homo economicus* seria, de certa forma altruísta.

No que se refere à teoria da dádiva, verificamos que a noção de rede é fundamental, pois de acordo com a perspectiva de Caillé (1998), o comportamento da sociedade não se pauta pelas formas como a abordagem utilitarista costuma mostrar. Ele argumenta que

“Entre os autores contemporâneos, aqueles com quem as afinidades deveriam ser mais pronunciadas são os que centram sua análise na utilização da noção de rede. É o caso da antropologia das ciências e também da sociologia econômica tal como entendida e defendida por M. Granovetter e R. Swedberg (1994), entre outros. Quer seja no âmbito da ciência ou no da empresa, esses

¹¹ Texto encontrado no site: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-lobes-perspectivas-webwrianas.pdf>

autores mostram de modo sugestivo como sua análise escapa das interpretações correntes. O que produz a descoberta científica não é a razão universal e impessoal em ação, mas a capacidade dos especialistas de constituir alianças, tecer redes e obter apoio de colegas, administradores, financiadores e jornalistas, e aparelhos, micróbios ou moluscos. O que faz funcionar as empresas e dá vida aos mercados econômicos não é a universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura, mas a cadeia de (inter)dependências e relações de confiança de que são feitas as redes. As sociologias da ciência e da economia convergem, assim para uma tipologia das redes”.

Desta forma, pode-se perceber que, apesar de não ter havido consenso, ainda, sobre se as redes sociais podem ou não ser consideradas como um paradigma para as análises sociológicas, como já foi enunciado antes, não faz sentido deixar de lado as vantagens trazidas por esta temática, visto que a análise de redes sociais, pode ser utilizada em qualquer abordagem, seja estruturalista, utilitarista ou na perspectiva da dádiva.

6. A construção de Redes Sociais através da concepção de “laços fortes” e “laços fracos”

As redes sociais são definidas por Fontes (2001) como “as pontes que ligam os indivíduos às instituições sociais e estruturam suas biografias em inserções sociais que garantem suas identidades”. Weber Soares (2002) é outro autor que trabalha com essa temática nos estudos sobre migração. Em seu argumento, ele mostra que “a rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação”. Os vínculos sociais que ligam as pessoas a outras podem ser caracterizados como laços sociais. Estes são constituídos, por um lado, sem que estas pessoas tenham participado do processo de construção dos mesmos, pois ao nascerem, os

indivíduos já encontram os laços formados. Estas são características dos laços familiares que vão dar suporte aos indivíduos até que os mesmos possam caminhar por suas próprias pernas, isto é, até que os mesmo possam decidir sobre seu futuro. Além disso, é através desses laços que se estabelecem e fortificam as relações de vizinhança, parentesco, etc. Por outro lado, os laços podem ser construídos pelos próprios indivíduos. Nesse sentido, os indivíduos estariam independentes dos laços familiares e buscariam novas relações, cujo estabelecimento se daria a partir de suas próprias iniciativas. Estas relações poderiam ser estabelecidas em outros ambientes, tais como, os centros educacionais (escolas, universidades, etc.), os locais de trabalho, os ambientes de lazer (clubes esportivos, bares, etc.), no ambiente religioso.

Os laços sociais estabelecidos através das relações familiares ou de parentesco são considerados por Granovetter (1983) como laços fortes. Os vínculos sociais construídos pelo próprio indivíduo longe do ambiente familiar – entendido aqui como a família, os parentes, os vizinhos e amigos – podem ser caracterizado como laços fracos. De acordo com o argumento deste autor, estes laços teriam uma importância significativa para a integração destes indivíduos no sistema social moderno, pois através dos laços fracos as pessoas se apropriariam mais facilmente das vantagens desse sistema. Segundo esse autor,

Indivíduos com poucos laços fracos estariam privados de informação de partes distantes do sistema social e estariam confinados a novas províncias e visões de suas amizades fechadas. Isto não apenas os isolariam das últimas idéias e modas, mas também os colocariam em posições desvantajosas no mercado de trabalho (Granovetter, 1983 p. 106)¹².

¹² Traduzido do original em inglês: individuals with few weak ties will be deprived of information from distant parts of the social system and will be confined to the provincial news and views of their close friends. This not anly will insulate them from the latest ideas and fashions, but also may put them in a disadvantaged position in the labor market.

Essa perspectiva, de certo modo, vem mostrar que os indivíduos organizados em redes fechadas têm poucas oportunidades para se desenvolverem social e economicamente. Granovetter parte do pressuposto de que quanto mais fortes forem os laços entre os indivíduos, mais fechadas serão suas redes, enquanto que uma quantidade maior de laços fracos implicaria a composição de uma rede aberta, cujas vantagens produzidas seriam de fundamental importância para estes indivíduos. Essa abordagem mostra, de certa forma, que as sociedades desenvolvidas estariam sedimentadas pelos laços sociais fracos, pois é nessas mesmas sociedades que os indivíduos, logo cedo, se desprendem das relações familiares e passam a constituir novos laços e, através desses, desenvolvem suas estratégias para a obtenção de recursos, sejam econômico, político ou social. Nesse sentido, a idéia de escolha racional estaria presente.

Granovetter mostra ainda que os laços fortes são característicos de comunidades pobres, onde as condições sociais são precárias. Ele, inclusive, citando Eriksen e Yancey diz que

“a estrutura da sociedade moderna é tal que algumas pessoas tipicamente acham vantajoso manter redes fortes e nós temos mostrado que estas pessoas são provavelmente, jovens sem boa educação e negras e que redes fortes parecem estar ligadas a ambos, insegurança econômica e uma deficiência de serviços sociais” (ibidem, p. 116)¹³.

Ele constata este ponto de vista através de dois estudos efetuados nos anos de 1970 por Stack em um gueto dos Estados Unidos e Larissa Lomnitz na Cidade do México. Ele

¹³ Traduzido do original em inglês: structure of modern society is such that some people typically find it advantageous to maintain strong networks and we have shown that these people are more likely to be young, less well educated and Black and that strong networks seem to be linked both to economic insecurity and a lack of social services.

diz que, resguardadas as diferenças culturais entre as duas populações, os pesquisadores chegaram a conclusões idênticas. No primeiro caso, ou seja, as investigações feitas por Stack, apontam que “famílias negras vivendo nos apartamentos necessitam de uma fonte segura de apoio cooperativo para sobreviverem. Eles compartilham entre si por causa da urgência de suas necessidades” (Stack apud Granovetter 1983, p.116)¹⁴. No caso de Larissa Lomnitz, a situação é semelhante, pois ela desenvolve um trabalho sobre um bairro pobre na Cidade do México e argumenta, segundo Granovetter, que a estrutura econômica e social básica nessa localidade é a rede de reciprocidade.

De fato, Lomnitz empreendeu um interessante estudo sobre uma *barriada*¹⁵ na cidade do México, cujo objetivo consistia em entender como uma imensa população de latino-americanos fazem para sobreviver nessas *barriadas* em condições sociais totalmente adversas. Nessa perspectiva ela pretende mostrar que

“são as redes de intercâmbio desenvolvidas pelos moradores que constituem um mecanismo efetivo para suprir a falta de segurança econômica que prevalece na *barriada*. Estas redes representam um esquema de organização social específico da *barriada*: aparecem junto com a condição de marginalidade e desaparecem quando os marginalizados logram integrar-se ao proletariado urbano. Em outras palavras, representam uma resposta de tipo evolutivo às condições sócio-econômicas da marginalidade” (Lomnitz, ... p. 48).

O trabalho desenvolvido por Lomnitz, contribui de forma significativa para as argumentações que Granovetter faz sobre os laços sociais fortes, principalmente quando ela mostra, através dos dados colhidos pela mesma em seu trabalho, como se dão os processos sócio-econômicos dentro da *barriada*. A estruturação das redes sociais através

¹⁴ O texto original é: Black families living in the flats need a steady source of cooperative support to survive. They share with one another because of the urgency of their needs.

¹⁵ Uma *barriada* assemelha-se às favelas das grandes cidades brasileiras.

dos laços de parentesco nessa barriada é constantemente percebida no trabalho dessa autora, até mesmo porque, como ela argumenta, a formação dessa barriada ocorre com a migração de duas pessoas vindas da mesma área rural tentando a sorte na cidade grande e, em seguida, os parentes desses primeiros indivíduos também vem em busca de trabalho. Inicialmente, os parentes recém chegados moram na mesma residência dos que vieram antes e quando conseguem uma ocupação vão morar nas proximidades. O exemplo é seguido, de acordo com a autora, por diversas outras famílias originárias da mesma área rural que os primeiros habitantes dessa barriada, que por sua vez acabam se tornando parentes através de laços de matrimônio ou de compadrio.

Esta autora destaca que “a residência inicial do migrante é determinada pelo lugar de residência dos núcleos de parentes que o precederam” (Lomnitz, ... p. 54). as mudanças do local de moradia nessa barriada são restritas ao mesmo território, ou seja, geralmente, os moradores dessa barriada, ao trocarem de residência, preferem morar nas proximidades da residência de seus parentes. Ela, inclusive, diz que são raros os moradores dessa barriada que conhecem, mesmo que superficialmente, outras localidades na cidade, incluindo o centro da mesma. Além da residência, a profissão dos moradores dessa barriada estão limitadas a rede parental, pois de acordo com o argumento de Lomnitz, pelo fato dos moradores recentes terem residido por um bom tempo na casa dos parentes, sendo aconselhados pelos mesmos, ‘herdaram’, de certa forma, a profissão desses parentes. Assim ela diz ser comum em algumas redes familiares da barriada todos homens serem tapeceiros, polidores de lápides; em outra rede todos os homens são padeiros e assim sucessivamente.

7. Capital Social

A partir do que foi exposto acima, podemos perceber que os indivíduos constroem suas redes através de laços sociais fortes ou laços sociais fracos. Essa concepção de redes traz a tona um outro conceito bastante discutido nos últimos anos: o capital social. De acordo com Lima¹⁶ o

capital social pode ser entendido como o conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social.

De acordo com o argumento desse autor, o termo capital social não chega a ser tão recente nas teorias sociológicas, pois é possível encontrá-lo através do pensamento de autores tradicionais, tais como Durkheim, Tönnies, Marx, Weber e Simmel. Todavia, segundo esse mesmo autor, a partir dos anos de 1980, o capital social ressurge assumindo “uma nova dimensão na recuperação das conseqüências positivas da sociabilidade e das relações não monetárias presentes na sociedade” (Ibidem). Nessa perspectiva, o conceito atual de capital social se origina a partir do ponto de vista de quatro autores: Pierre Bourdieu, Glenn Loury, James Coleman e Robert Putnam. Estes autores, como acredita Lima, fazem uma definição do capital social pela função que o mesmo tem para a estrutura social, que incorporaria uma variedade de relações presentes nessa estrutura que facilitaria as ações dos indivíduos. Nas abordagens desses autores, o capital social aparece, segundo Lima, vinculando o funcionamento das instituições econômicas e políticas a

¹⁶ Professor da Universidade Federal da Paraíba. A data do artigo escrito por esse autor não foi encontrada.

questões culturais constituídas a partir da interação social entre os indivíduos, bem como, produzindo uma sinergia na relação entre o Estado e a sociedade.

Procuramos aqui fazer uma abordagem sobre o capital social contemplando as perspectivas de Robert Putnam e Pierre Bourdieu. Putnam faz uma análise sobre o desempenho de instituições políticas italianas. Ele busca compreender, em seus estudos, como pode haver diferença no desempenho político de uma província italiana para outra, se as instituições políticas apresentam-se semelhantes. Para responder a tal questionamento, Putnam vai, segundo Reis (2003), apontar duas dinâmicas: uma denominada de ‘círculo vicioso autoritário’ e outra em oposição à primeira, chamada de ‘círculo virtuoso democrático’. A primeira dinâmica apresentaria como característica o desenvolvimento de uma política baseada na coerção por parte do Estado. Nessa dinâmica, as relações de confiança mútua não teriam como se desenvolverem dentro da sociedade, pois a constante busca pelo poder de controlar o Estado, de certa forma, levaria os indivíduos a competirem entre si e disposição para a cooperação estaria relegada a segundo plano. A segunda dinâmica se opõe à primeira, pois seu caráter democrático torna possível a cooperação entre os indivíduos, de modo que, a confiança mútua teria um papel fundamental na construção de uma sociedade mais integrada politicamente.

De acordo com o argumento de Reis (2003), o círculo virtuoso democrático de Putnam traz consigo o pressuposto da racionalidade, pois a cooperação funciona como se fosse um jogo, onde os jogadores, por medo da retaliação dos seus adversários são induzidos a cooperarem entre si. Esta cooperação diferencia-se daquela proposta pela teoria da dádiva, cujo argumento mostra um tipo de cooperação desobrigada, sem a necessidade de estar preso a alguma norma, até mesmo porque, como já assinalamos

anteriormente, uma dádiva desse tipo seria tida como inferior. De acordo com a perspectiva de Reis, uma cooperação desse tipo não seria espontânea

Como já foi assinalado anteriormente, a noção de capital social também pode ser compreendida a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu, cuja argumentação considera a teia de relacionamentos importante para a construção desse tipo de capital – o mesmo apresenta outros tipos de capital, como o cultural, político e econômico. Segundo este autor,

“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instalação e perpetuação supõe o reconhecimento dessa proximidade. O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado” (Bourdieu, 1999: 67).

Lima¹⁷ acredita que a abordagem de Bourdieu sobre o capital social, mostraria que, a posse de uma rede social forte, baseadas em relações mais ou menos institucionalizadas de compromisso e reconhecimento mútuo, permitiria aos indivíduos uma maior obtenção de benefícios, além de mantê-los integrados socialmente. Segundo Lima, na perspectiva de Bourdieu, “o capital social se decomporia entre dois elementos: o primeiro deles seria o conjunto das próprias relações que permitiriam aos indivíduos reivindicar os recursos

¹⁷ Op. Cit.

comuns aos participantes; o segundo, a quantidade e qualidade dos recursos”. Lima também faz uma discussão sobre a concepção de capital social sob a perspectiva de Coleman, cujo pressuposto, seria a escolha racional, sem aceitar, no entanto, o individualismo extremo presente nela.

8. Centralidade

Como já havíamos assinalado anteriormente, existem, dentro da análise de redes sociais, alguns índices estatísticos que são capazes de mensurar o vínculo existente entre os atores. Para o nosso estudo, destacamos índice de centralidade. Segundo o argumento de Marteleto (2001), “a centralidade é (...) a posição de um indivíduo em relação aos outros, considerando-se como medida a quantidade de elos que se colocam entre eles”. Fazito (2002: p. 22), apresentando algumas medidas estatísticas de rede define a centralidade como uma medida descritiva. Segundo seu argumento, a centralidade seria “a localização do ator em relação à rede total”. O conceito de centralidade utilizado por estes autores não se aplica apenas aos indivíduos, pois as associações e, principalmente as organizações não governamentais também se estruturam sob a forma de redes e, dentro dessas redes, algumas organizações detêm um grau maior de centralidade do que outras. A noção de centralidade está, de certo modo, ligada a dois outros índices: indegree e outdegree¹⁸. Os atores e/ou organizações que possuem um maior grau de centralidade podem, inclusive, estar em situações vantajosas em relação aqueles que não são tão

¹⁸ Verificar o significado destes dois termos no tópico sete do capítulo anterior.

centrais dentro da rede. Ou seja, a centralidade funcionaria como um instrumento de poder para quem a detêm.

Na realidade, a idéia de centralidade como instrumento de poder, no que se refere a captação de recursos, já foi abordada por Knoke (1994). Em seu argumento ele diz que “trocas de informações produzem capacidades diferenciadas entre membros de elite para formar as políticas coletivas de um sistema”. Ele, inclusive, destaca que aqueles “atores que estão bem conectados com outros atores informados, ganham poder através de suas habilidades para inserir-se dentro de grandes provisões de informações políticas poderosas”. Ele diz ainda que “atores na periferia da rede de informações, aqueles laços diretos e indiretos ligando-os principalmente a outros atores marginais, encontrariam quantidades e qualidades inadequadas de informação”.

Com os dados dispostos em uma grande matriz dentro de um programa estatístico, de preferência o SPSS (Statistic Package for Social Science), torna-se possível efetuar o cálculo da centralidade através da construção de uma matriz quadrada do tipo $n \times n$, que, na realidade é uma submatriz que se obtêm a partir da multiplicação dos atores da matriz por eles mesmos, levando-se em consideração a quantidade de vezes que determinado ator dessa matriz cita outros atores da mesma. Por exemplo, se temos uma rede composta por cinquenta indivíduos e foi solicitado que cada um deles indicasse nove indivíduos dessa mesma rede, então, através da linguagem do SPSS¹⁹, criamos uma matriz quadrada com cinquenta linhas e cinquenta colunas, nas quais aparecerão o número de indivíduos citados e aquele que tiver a maior quantidade de citações é o que detêm o maior grau de centralidade nessa rede. Identificar o grau de centralidade apenas através da matriz

¹⁹ Verificar nos anexos o passo a passo para a construção da matriz quadrada através do SPSS.

quadrada, no entanto, pode parecer um tanto quanto difícil, por isso será necessário, em primeiro lugar, exportar essa matriz para um editor de texto (o Word Pad é excelente nesse sentido) e salvá-la como documento de texto²⁰. Em seguida, deve-se importar essa matriz através da utilização de um outro software, específico de redes: o UCINET²¹. Com esse programa, obteremos um cálculo da centralidade mais preciso, pois além da matriz ele apresenta os índices mostrando quais atores são centrais dentro da rede. Além do mais, o UCINET é um software que possibilita a construção de vários gráficos permitindo, com isso, uma melhor visualização dessa rede.

²⁰ Verificar anexos.

²¹ Conferir anexos.

PARTE II

CAPÍTULO 3

CENTRALIDADE NA REDE DAS ONGS DA CIDADE DO RECIFE

Até o presente momento temos discutido as redes sociais enfatizando apenas os indivíduos, como se a análise de redes sociais fosse uma teoria que explicasse somente os vínculos existentes entre os mesmos. Todavia, os laços sociais também são construídos por organizações sociais e, dessa forma devemos, a partir de agora, mostrar, através dos dados coletados para esse estudo, que a análise de redes também tem utilidade para explicar que, da mesma forma que os indivíduos, as organizações não governamentais também se estruturam a partir da construção de laços sociais. Ou seja, no desenvolvimento de tais organizações, é perfeitamente possível a formação de redes sociais. E, inclusive, acreditamos que a manutenção e/ou fortalecimento desses laços pode se constituir numa alternativa fundamental para a sustentabilidade dessas organizações. Até mesmo pelo fato de que estas organizações não são, de forma direta, guiadas pela lógica do mercado, onde a obtenção do capital financeiro se dá através da venda dos bens e serviços produzidos. Nessa perspectiva, as parcerias estabelecidas através das redes sociais transformam-se na principal forma dessas organizações obterem seus recursos. Com base nessa afirmação, pretendemos mostrar aqui os principais tipos de parcerias estabelecidos pelas organizações não governamentais investigadas e se, de fato, essas parcerias são suficientes para a

sustentabilidade dessas ONGs. Antes de nos determos sobre as redes sociais, porém, faz-se necessário apresentarmos as principais características das organizações não governamentais pesquisadas.

1. Características das ONGs entrevistadas

Como já havíamos assinalado anteriormente, estamos utilizando os dados da pesquisa *Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias*. Esses dados foram coletados através da aplicação de questionários em 40 (quarenta) organizações não governamentais da Cidade do Recife, selecionadas através da amostra do tipo snowball (bola de neve) (ver introdução). Como já foi dito anteriormente, os dados da pesquisa apresentavam-se divididos em três partes: na primeira delas buscávamos identificar o perfil das pessoas responsáveis por estas organizações (atributos individuais); a segunda parte estava reservada aos principais aspectos dessas organizações (tempo de fundação, área de abrangência, movimentação financeira, principais fontes de recursos etc); a terceira e última parte buscava investigar como se estruturavam as redes associativas das organizações não governamentais. Na nossa análise, consideraremos, principalmente, a segunda e a terceira partes, pois o que interessa para a nossa análise não são os atributos dos indivíduos, até mesmo porque, como dito anteriormente, as redes sociais se baseiam nas relações entre os atores e não em atributos.

Nessa perspectiva, pretendemos mostrar, inicialmente, através desses dados, quais são as questões mais relevantes para o desenvolvimento destas organizações, bem como

verificaremos quais os principais problemas que surgem no dia-a-dia destas ONGs e quais as alternativas apontadas pelas mesmas para resolvê-los. Em seguida, trataremos especificamente das questões referentes às redes dessas ONGs, onde verificaremos a consistência, ou inconsistência, das nossas hipóteses. Desse modo, apresentaremos, de imediato, as características fundamentais destas organizações, com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre acerca do desenvolvimento das redes sociais destas ONGs.

A maioria das organizações não governamentais pesquisadas é de pequeno porte, com uma quantidade muito pequena de pessoas empregadas – 17 pessoas em média – como mostra a tabela abaixo. Mesmo com um número relativamente pequeno de pessoas formalmente empregadas, as atividades da maioria destas organizações não ficam comprometidas, devido ao fato de que estas organizações conseguem atrair um número significativo de trabalhadores voluntários (ver tabela 2).

Tabela 1

Média de pessoas empregadas nas ONGs			
	N	Casos Válidos	40
Média de funcionários			17,05

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Tabela 2

Percentual de voluntários nas entidades entrevistadas			
	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Não utiliza	18	45,0	45,0
Até 25%	9	22,5	67,5
De 25% a 50%	7	17,5	85,0
De 50% a 75%	6	15,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

O surgimento das organizações não governamentais pesquisadas coincide, de certo modo, com o surgimento da maioria das ONGs brasileiras, como apontam os estudos empreendidos nessa área. Assim, as ONGs da Cidade do Recife, começaram a surgir e se desenvolver, praticamente, na metade da década de 1970. Isto significa dizer que são organizações relativamente recentes, pois (90%) dessas organizações, ou seja, a maioria delas, tem menos de 25 anos de fundação, enquanto que apenas 10% delas tem acima de 25 anos (ver tabela 3). Na realidade, apenas uma organização não governamental surgiu nesta cidade antes do ano de 1970: a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Na verdade, esta ONG, segundo o argumento de Mendes (1999, p. 15), é fundada em 1961 e dividiu-se em quatorze núcleos locais, os quais estão espalhados por nove estados brasileiros.

Tabela 3

Tempo de fundação das entidades entrevistadas			
	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
De 4 a 10 anos	17	42,5	42,5
De 11 a 17 anos	9	22,5	65,0
De 18 a 24 anos	10	25,0	90,0
De 25 a 31 anos	2	5,0	95,0
Acima de 31 anos	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

No que se refere a área de abrangência, podemos perceber que a maioria das organizações não governamentais da Cidade do Recife está dividida geograficamente da seguinte maneira: a) 32,5% desempenham suas atividades na Região Metropolitana do Recife; b) 30% delas têm suas atividades direcionadas para todo o Estado de Pernambuco;

c) 17,5% concentram sua atuação em todo o território brasileiro (a FASE é um exemplo de ONG que atua em todo o território nacional); d) 12,5% desenvolvem trabalhos em toda a Região Nordeste; e) 5% delas atuam apenas na Cidade do Recife; f) 2,5% atuam internacionalmente (ver tabela 4). Como se pode ver as ONGs investigadas concentram suas atividades na Região Metropolitana do Recife e no Estado de Pernambuco.

Tabela 4

Área de atuação geográfica (abrangência) da entidade	Freqüência	Percentual	Perc. acumulado
Cidade do Recife	2	5,0	5,0
Região metropolitana do Recife	13	32,5	37,5
Estado de Pernambuco	12	30,0	67,5
Região Nordeste	5	12,5	80,0
Brasil	7	17,5	97,5
Internacional	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

As principais fontes de recursos das organizações não governamentais da Cidade do Recife, podem ser divididas da seguinte forma: a) contribuições oriundas da comunidade; b) recursos obtidos através do governo municipal; c) recursos do governo estadual; d) recursos do governo federal; e) contribuições oriundas das agências de cooperação internacional. Os principais tipos de recursos obtidos por estas organizações voluntárias dividem-se nas seguintes categorias: a) recursos financeiros; b) recursos tecnológicos (transferência de tecnologia); c) recursos humanos (treinamento de pessoal); d) Recursos administrativos (assistência jurídica, administrativa e financeira) – falaremos disso mais adiante quando abordarmos as questões referentes às redes das organizações não governamentais. É importante salientar, de antemão, que doze dessas ONGs (30%)

não estabelecem parcerias com as outras ONGs. Das vinte e oito organizações restantes, apenas nove ONGs (32,14%) recebem financiamentos de outras ONGs, o que vem mostrar que há, de certo modo, um distanciamento entre essas organizações. Este fato, inclusive, é mostrado por Fontes (2001). Ele diz que “estas ONGs mantêm intenso relacionamento com diversos atores da sociedade civil, mas pouco contato com as organizações não governamentais”.

As organizações não governamentais investigadas desenvolvem suas atividades de acordo com algumas áreas temáticas, dentre as quais destacamos a educação, o desenvolvimento local e os direitos humanos. Nesse sentido, nossa pesquisa apresenta as principais áreas de atuação da seguinte maneira, como mostra a tabela 5: a) em primeiro lugar temos as ONGs que trabalham com crianças, adolescentes e mulheres (35%); b) em segundo lugar aparecem as atividades educacionais com 30%; c) em terceiro lugar aparecem aquelas organizações que trabalham com mães e gestantes com 7,5%; d) em seguida aparecem os trabalhos de conscientização e cidadania também com 7,5%; e) a temática habitacional também é vislumbrada por algumas ONGs, pois 5% delas trabalham nessa perspectiva.

Tabela 5

Área de atuação da entidade	Frequência	% válido	Perc. acumulado
Desenvolvimento rural	2	5,0	5,0
Crianças, adolescentes e mulheres	14	35,0	40,0
Cidadania	3	7,5	47,5
Educação	12	30,0	77,5
Mães e gestantes	3	7,5	85,0
Habitação	2	5,0	90,0
Outros	4	10,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Os valores movimentados anualmente pelas organizações não governamentais da Cidade do Recife podem ser distribuídos da seguinte forma: a) 25% dessas entidades movimentam valores de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); b) para 22,5% dessas organizações, o valor movimentado é de até R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais); c) 27,5% das ONGs movimentam até R\$ 656.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais); d) e 25% das organizações entrevistadas movimentam valores acima de R\$ 656.100,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais), inclusive, seis dessas entidades movimentam valores na casa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), das quais, uma movimenta R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). (Conferir tabelas 6).

Tabela 6

Movimentação financeira das ONGs			
	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
De 0 a 120000,00	10	25,0	25,0
De 120100,00 a 245000,00	9	22,5	47,5
De 245100,00 a 656000,00	11	27,5	75,0
Acima de 656000,00	10	25,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Através do que foi apresentado nas tabelas acima, podemos perceber que os valores movimentados por estas organizações não são distribuídos de forma tão igualitárias. Se levarmos em consideração a média de movimentação financeira, que é de aproximadamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) seríamos levados a acreditar que estas ONGs movimentam valores altíssimos, no entanto, como existem poucas entidades que trabalham com financiamentos superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a média não se constituiria numa medida tão precisa. Dessa forma, torna-se necessário utilizarmos outra medida e, nesse caso, como mostra a tabela abaixo, a mediana seria bem

mais precisa, pois é uma medida que se aproxima mais da realidade financeira das ONGs. Assim as ONGs da Cidade do Recife, de modo geral, trabalhariam com valores na casa dos R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Solicitamos que as organizações não governamentais apontassem quais as principais dificuldades que as mesmas enfrentavam e que poderiam se transformar em obstáculos para o bom funcionamento dessas organizações. A maioria dessas ONGs argumentou que a escassez de recursos financeiros constituía-se na principal dificuldade. De fato, como já assinalamos no primeiro capítulo, o maior desafio enfrentado pelas organizações não governamentais, de maneira geral, diz respeito à sustentabilidade destas organizações.

Além do financiamento reduzido, outras dificuldades foram apontadas como obstáculos para o desenvolvimento dessas organizações não governamentais. A falta de recursos humanos capacitados na entidade é uma dessas dificuldades, ou seja, de acordo com a opinião dos responsáveis por tais organizações, nem todas as pessoas que trabalham nessas ONGs, tem habilidade suficiente para desempenhar determinadas atividades. Essa escassez de pessoas qualificadas pode estar associada, por um lado a questão das pessoas que trabalham apenas como voluntários, por outro lado pode estar relacionada à falta de financiamento para contratar pessoas qualificadas. Em ambos os casos, percebemos que há um problema, cujas ONGs devem procurar solucionar. No primeiro caso, acreditamos que a idéia de qualificar um voluntário pode não ser bem recebida pelo mesmo, pois ele pode acreditar que esteja sendo usado pela organização, ou seja, esse trabalhador pode se sentir constrangido. No segundo caso, percebemos que sem a contratação de trabalhadores qualificados ou sem um projeto que qualifique os próprios trabalhadores, por sua vez, as

agências financiadoras não disponibilizariam maiores recursos, pois o padrão de eficiência, antes restrito ao mercado, agora é cobrado das ONGs por tais agências.

Um outro problema que as organizações não governamentais apontaram diz respeito ao próprio público-alvo, pois a falta de pessoas capacitadas na comunidade também se constituiria num obstáculo para o bom funcionamento das ONGs. Esta questão é um pouco contraditória, pois como vimos anteriormente, 37,5% dessas organizações direcionam suas atividades para a educação e trabalho de cidadania, o que pode significar, em certa medida, que seria óbvio que estas ONGs encontrariam poucas pessoas capacitadas na própria comunidade atendidas. Além do mais, essa questão está associada a uma outra que é a falta de conhecimento por parte da comunidade sobre o verdadeiro papel da uma organização não governamental.

Outros problemas de ordem menor que são apontados por algumas dessas organizações não governamentais, podem ser assim distribuídos: a) existe uma grande dificuldade para se obter financiamentos por causa da burocratização; b) o descompromisso do poder público também é citado como um obstáculo para o funcionamento dessas organizações; c) o isolamento ou individualismo das grandes ONGs; d) a visão assistencialista do público-alvo; e) e o condicionamento das organizações não governamentais por parte dos financiadores. Todos os fatores apresentados aqui representam obstáculos para o bom desempenho das atividades dessas ONGs. Todos os problemas enunciados acima estão contidos na próxima tabela²².

²² Como solicitamos aos responsáveis pelas organizações não governamentais que apontassem os principais problemas que obstaculizariam o bom funcionamento das ONGs, tornou-se necessário elaborarmos a questão de forma que as organizações poderiam responder várias alternativas. Portanto, o total de problemas respondido por estas organizações são superiores a 40.

Tabela 7**Problemas que obstacularizariam o bom funcionamento da ONG**

	Contagem	% Respostas
Falta de Apoio	2	2,7
Relacionamento com órgãos públicos	2	2,7
Visão assistencialista do público-alvo	2	2,7
Escassez de Recursos financeiros	28	37,8
Falta de recursos humanos capacitados na ONG	8	10,8
Individualismo das ONGs	2	2,7
Escassez de recursos humanos qualificado na comunidade	4	5,4
Burocracia dos financiamentos	3	4,1
Falta de uma gestão específica para o 3.º Setor	2	2,7
Burocratização	2	2,7
Falta de parcerias	1	1,4
Aprender com a comunidade	1	1,4
Falta de conhecimento do papel da ONG pela comunidade	3	4,1
Falta de valorização das atividades de p	1	1,4
Falta de planejamento organizacional interno	2	2,7
Falta de mobilidade da comunidade	1	1,4
Falta de estratégia de informação	1	1,4
Descompromisso do poder público	3	4,1
Incerteza da continuidade dos trabalhos	2	2,7
Condicionamento da entidade por parte dos financiadores	2	2,7
Falta de infra-estrutura	1	1,4
Estatuto inadequado	1	1,4
Total de respostas	74	100,0

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Nosso objeto de pesquisa, como já foi assinalado anteriormente, enfatiza as mudanças ocorridas no âmbito das ONGs, principalmente, no que se refere a questão da sustentabilidade das mesmas. Nesse sentido, observamos que estas organizações estabelecem parcerias com outras organizações e/ou instituições. Estas parcerias são necessárias para a sobrevivência das ONGs. Solicitamos então que estas organizações apontassem questões importantes para a compreensão da relação entre elas e suas entidades parceiras. A principal questão apontada pelas ONGs foi o respeito e a honestidade (cf. tabela 8).

Tabela 8

Questões relevantes para o entendimento da relação ONG entidade parceira		
	Contagem	% Respostas
Comunicação	3	3,4
Falta de articulação com outros setores	5	5,7
Troca de experiências	6	6,8
Articulação pedagógica	7	8,0
Respeito e honestidade	47	53,4
Articulação política	7	8,0
Estabelecimento de limites	3	3,4
Cidadania/Cultura política	6	6,8
Outros	9	4,5
Total de respostas	88	100,0

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Procuramos verificar quais as dificuldades relevantes que resultavam da relação entre as organizações não governamentais e suas entidades parceiras. A tabela 9 mostra que a maioria das organizações não governamentais respondem que sua relação com as entidades parceiras ocasionavam problemas com a comunidade. Esses problemas, no entanto, não são explicados por estas ONGs. Uma parcela significativa argumentou que a falta de infra-estrutura das organizações não governamentais é uma dificuldade decorrente da relação existente entre estas organizações e suas parcerias. Para 15,5% das ONGs não existem problemas.

Tabela 9

Dificuldades resultantes da relação entre a ONG e a entidade parceira		
	Contagem	% Respostas
Problemas com a comunidade	30	51,7
Falta de infra-estrutura	11	19,0
Não há problemas	9	15,5
Dificuldade na construção da autonomia da ONG	2	3,4
Outros	6	10,3
Total respostas	58	100,0

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

A partir das tabelas acima, pudemos ver os principais aspectos das organizações não governamentais investigadas. Esses aspectos, no entanto, ainda são insuficientes para compreendermos como estas ONGs se organizam para resolver o problema da sustentabilidade das mesmas. Essa insuficiência ocorre pelo fato de os dados que foram apresentados nessas tabelas serem apenas descritivos, ou seja, só indicam os valores assumidos pelas variáveis que compõem o fenômeno, sem dizer porque assumiu este ou aquele valor. Dessa forma, faz-se necessário desenvolvermos a partir de agora, uma abordagem mostrando como as ONGs constroem suas redes e, até que ponto, estas redes seriam suficientes para assegurar a sobrevivência dessas organizações.

2. Redes Associativas

Nossa intenção aqui é mostrar como é composta a rede das organizações não governamentais da Cidade do Recife. Nessa perspectiva, organizamos os dados de redes coletados através da pesquisa do CNPq e efetuamos os tratamentos estatísticos adequados. Propomos que estas ONGs indicassem nove entidades²³, bem como a filiação institucional destas, com as quais as mesmas estabeleçam relações de parcerias. A maioria das organizações entrevistadas citou todas as nove entidades. No entanto, algumas não estabeleciam parcerias com nove entidades. Uma delas, inclusive citou apenas quatro entidades (cf. tabela 10).

²³ Propomos que as ONGs citassem apenas nove entidades porque, se estas organizações citassem mais do que nove, teríamos um problema maior, pois a combinação das relações aumentaria consideravelmente e a complexidade também aumentaria e teríamos, com isso, uma dificuldade para fazer uma análise sobre estas relações.

Em seguida, as ONGs deveriam informar o tipo de atividade que as mesmas desenvolviam em conjunto com as entidades parceiras. O questionário procurava verificar também quais as vantagens que as ONGs recebiam das entidades com as quais mantinham a parceria, e também o que tais ONGs ofereciam para as entidades parceiras. Além disso, a pesquisa buscava saber se haviam problemas no que diz respeito à definição da agenda das ONGs por conta dessa parceria. Por último, as ONGs deveriam informar qual a avaliação que as mesmas faziam dos trabalhos realizados em parceria com outras entidades, e também quanto tempo duravam as parcerias estabelecidas.

Tabela 10

Número de entidades citadas (Outdeg)

Número de entidades citadas	Frequência	Percentual válido	Percentual acumulado
4	1	2,5	2,5
5	2	5,0	7,5
7	5	12,5	20,0
8	4	10,0	30,0
9	28	70,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

As entidades, com as quais as organizações não governamentais da Cidade do Recife estabeleciam parcerias, podem ser divididas em quatro blocos: a) o bloco representado pelas agências de cooperação internacional; b) a parceria estabelecida com as empresas; c) o bloco representado pelas organizações não governamentais; d) o bloco representado pelos órgãos públicos (este dividido entre as esferas municipal, estadual e federal). As mais importantes dentre essas são, de acordo com os dados da pesquisa, as agências de cooperação internacional até mesmo porque, como já foi assinalado anteriormente, o principal problema enfrentado por estas ONGs é a escassez de recursos e, nesse sentido, são estas agências que mais contribuem com recursos financeiros, pois 70%

das ONGs pesquisadas disseram estabelecer parceria com tais agências. Desse total, 92,86% recebem financiamento da cooperação internacional (conferir quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 nos anexos).

Nossas hipóteses, como foi assinalado anteriormente, dizem que: a) as organizações não governamentais que ocupam uma posição central dentro da rede detêm um poder maior de captar recursos do que as outras ONGs que fazem parte dessa mesma rede, que não são centrais; b) além de deter um poder maior de captar recursos, esta(s) ONG(s) interferem, de certa forma, na captação de recursos das outras organizações não governamentais que se encontram nessa mesma rede, porém na periferia. Não devemos esquecer que essa posição central é definida aqui pelo grau de centralidade que uma(s) ONG(s) pode obter.

Devemos também atentar para o fato de que as parcerias estabelecidas por estas organizações podem ser vislumbradas através de três tipos de redes: uma interna, uma externa e a rede total. A rede interna é constituída apenas pelas 40 organizações não governamentais investigadas. A rede externa, por sua vez, compreende todas as entidades citadas por estas organizações, exceto as ONGs que compõem a rede interna. A rede total é a rede que é composta pelas redes interna e externa, ou seja, é aquela que compreende todas as entidades citadas pelas ONGs – agências de cooperação internacional, órgãos públicos, empresas, entidades religiosas etc.

Nós construímos, a partir da rede interna, um índice de centralidade e procuramos fazer nossas análises através desse índice. Para tanto, levamos em consideração que uma instituição com maior índice de centralidade nessa rede interna detêm um potencial maior

de captar recurso na rede total. Mostraremos, a partir de agora, como obtemos os resultados que corroboram nossas hipóteses.

Hipótese 1: As ONGs com maior grau de centralidade detêm um potencial maior de captar recursos do que aquelas que não possuem centralidade.

Para testar essa hipótese tornou-se necessário, antes de tudo, construirmos uma variável a partir do índice de centralidade. Para tanto, tivemos que construir uma matriz quadrática a partir das quarenta organizações entrevistadas (rede interna)²⁴. Com a matriz quadrática construída, efetuamos o cálculo da centralidade com o auxílio do UCINET. Em seguida, colocamos na matriz, o índice correspondente a cada ONG entrevistada.

As organizações não governamentais que foram mais citadas estão dispostas da seguinte maneira: a) em primeiro lugar aparece o *Centro Josué de Castro* com um índice igual a 20,513 graus, o que significa dizer que esta ONG foi citada sete vezes ; b) em segundo lugar aparece o *CENDHEC* com um índice equivalente a 17,949 graus, significando que esta ONG foi citada seis vezes; c) em terceiro lugar, temos a ONG ‘*Retome sua vida*’ com 15,385 graus; d) depois temos o *Centro Luiz Freire* com o mesmo índice; e) em seguida, aparece o *Grupo ruas e praças* com um índice equivalente a 12,821 (ver tabela 11); f) a *Escola de formação quilombo dos Palmares (EQUIP)* aparece em sexto lugar com o mesmo índice que a ONG anterior; g) em sétimo aparece a *Federação de Órgãos para assistência social e educacional (FASE)* com um índice de 10,256 graus; h) em seguida temos a *ETAPAS* com um índice de 10.256 graus; i) a *Associação de apoio*

²⁴ Utilizamos nesse caso, os dados dispostos da pesquisa dispostos no SPSS.

à criança e ao adolescente (AMENCAR) aparece logo depois com o mesmo índice que a organização antecedente.

Tabela 11

Centralidade	
	NrmDegree
Centro Josué de Castro	20.513
CENDHEC	17.949
Retome sua vida	15.385
Centro Luiz Freire	15.385
Grupo ruas e praças	12.821
Escola de formação quilombo dos Palmares (EQUIP)	12.821
Federação de Órgãos para assistência social e educacional (FASE)	10.256
ETAPAS	10.256
Associação de apoio à criança e ao adolescente (AMENCAR)	10.256
Coletivo mulher vida	7.692
Centro de trabalho e cultura (CTC)	7.692
Associação para a restauração do homem	5.128
Federação comunitária de Pernambuco (FECOP)	5.128
Cais do parto	5.128
Centro nordestino de animação popular	5.128
Centro nordestino de medicina popular	5.128
Casa de passagem	5.128
Casa menina mulher	5.128
Movimento Pró-Criança	5.128
SOS Corpo	5.128
GAJOP	5.128
Serviço comunitário de justiça e paz	5.128
Coletivo de jovens e adultos	5.128
Associação dos educadores das escolas comunitárias de Pernambuco (AEEC)	5.128
Grupo mulher maravilha	5.128
Casa da mulher do Nordeste	2.564
Centro de defesa-vida da criança e do adolescente	2.564
CENTRU	2.564
Grupo origem	2.564
Fundação Pró-habitar (HABITEC)	2.564
Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa (AS-PTA)	0.000
Mirim Brasil	0.000
GESTOS	0.000
Comunidade dos pequenos profetas	0.000
Federação pernambucana de apoio às escolas alternativas (FEPEAL)	0.000
Grupo curumim, gestação e parto	0.000
Organização de auxílio fraterno (OAF)	0.000
Centro agro-ecológico sabiá	0.000
Instituto brasileiro de solidariedade aos povos (IBASP)	0.000
Comunidade dos trapeiros de Emaús	0.000

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Estas foram as nove ONGs que apresentaram os maiores índices de centralidade (ver quadro nos anexos). Para comprovar nossas duas hipóteses, tivemos que transformar o índice de centralidade em uma variável e, em seguida, efetuamos o cruzamento desse índice com a variável movimentação financeira das organizações não governamentais por estas organizações não governamentais (recursos financeiros, transferência de tecnologia, treinamento e assistência jurídica, administrativo-financeira).

Antes de prosseguirmos com os resultados obtidos a partir das correlações efetuadas com as variáveis enunciadas acima, devemos levar em consideração que o tipo de amostra utilizado nesse estudo não é probabilístico e, por isso, os resultados podem não apresentar significância estatística. Isto não significa dizer, contudo, que as nossas hipóteses não possam ser corroboradas, pois a significância estatística depende do tamanho da amostra. Não podemos, no entanto, generalizar, a partir das nossas hipóteses, os nossos resultados para todas as organizações não governamentais da Região Metropolitana do Recife. No entanto, para o nosso estudo em particular, os resultados obtidos não comprometem as nossas hipóteses. Nesse sentido, continuamos argumentando que a movimentação financeira das ONGs depende do grau de centralidade, pois de acordo com o cruzamento entre estas variáveis, obtivemos os seguintes resultados:

a) O resultado obtido com esse cruzamento pode ser vislumbrado através da tabela 12, onde mostramos que há uma correlação positiva entre centralidade e movimentação financeira²⁵.

²⁵ O valor da correlação foi 0,262. Isso significa uma correlação positiva baixa.

Tabela 12²⁶

Centralidade por Movimentação financeira					
	Movimentação financeira			Total	
	baixo	médio	alto		
Centralidade	baixa	4 40,0%	2 20,0%	4 40,0%	10 100,0%
	média	3 60,0%	1 20,0%	1 20,0%	5 100,0%
	alta	5 20,0%	9 36,0%	11 44,0%	25 100,0%
Total		12 30,0%	12 30,0%	16 40,0%	40 100,0%

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001).

Tabela 13

Índice de correlação		
	Valor	Erro padrão
Ordinal / Ordinal	Gamma 0,262	0,233
Nº de casos válidos	40	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001).

De acordo com as tabelas acima. Podemos perceber que ao utilizarmos apenas a variável movimentação financeira das ONGs já conseguimos corroborar nossa primeira hipótese. Pois das 40 organizações entrevistadas, 40% (dezesesseis ONGs) movimentam valores acima de R\$ 350.000,00 e desse total, 68,7% (onze ONGs) tem um alto índice de centralidade. Este fato pode ser comprovado quando efetuamos o cruzamento entre as variáveis centralidade e repasse de recursos financeiros recebidos pelas ONGs. Nesse caso, podemos perceber que há uma correlação positiva substancial entre ambas²⁷.

²⁶ Como a amostra não é aleatória, então, não poderíamos efetuar o cruzamento entre variáveis numéricas. Dessa forma, a variável movimentação financeira tinha um nível de mensuração racional e foi transformada em uma variável ordinal. Da mesma forma, aconteceu com a variável centralidade que, apesar de ser um índice, aparecia como uma variável racional.

²⁷ Correlação positiva substancial, cujo valor é: 0,579.

Tabela 14

Índice de Centralidade	Repasso de recursos financeiros		Total
	Não	Sim	
baixo	7 70,0%	3 30,0%	10 100,0%
médio	3 60,0%	2 40,0%	5 100,0%
alto	8 32,0%	17 68,0%	25 100,0%
Total	18 45,0%	22 55,0%	40 100,0%

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Tabela 15

Índice de correlação		
	Valor	Erro padrão
Ordinal / Ordinal	Gamma 0,579	0,208
Nº de casos válidos	40	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

b) no que se refere ao cruzamento entre as variáveis recursos tecnológicos recebidos e grau de centralidade, percebemos que existe uma correlação negativa substancial entre estas variáveis²⁸. Neste caso, podemos dizer que quanto maiores os recursos tecnológicos recebidos, menor seria o grau de centralidade das ONGs que compõem a rede destas organizações. Como se pode perceber, a relação aqui é inversa. Como vimos nos exemplos acima, existe uma correlação entre centralidade e os recursos tecnológicos recebidos pelas organizações não governamentais investigadas²⁹.

²⁸ O teste utilizado foi o “gamma”, por se tratar do cruzamento entre uma variável ordinal e outra dicotômica. O valor da correlação foi -0,526.

²⁹ Existe uma correlação negativa substancial entre centralidade e recursos tecnológicos recebidos.

Tabela 16**Centralidade por Recursos tecnológicos recebidos**

Índice de Centralidade	Recursos tecnológicos		Total
	Não	Sim	
baixa	3 30,0%	7 70,0%	10 100,0%
média	3 60,0%	2 40,0%	5 100,0%
alta	17 68,0%	8 32,0%	25 100,0%
Total	23 57,5%	17 42,5%	40 100,0%

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Tabela 17

Índice de correlação			
		Valor	Erro padrão
Ordinal / Ordinal	Gamma	-0,526	0,222
Nº de casos válidos		40	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001).

Hipótese 2: As ONGs com maior grau de centralidade obtêm maiores recursos em decorrência do tempo de fundação.

Já vimos, através das tabelas acima, que há uma relação direta entre captação de recursos e o índice de centralidade. No entanto, outros questionamentos surgiram à medida que fomos examinando os dados e percebemos que algumas variáveis como tempo de fundação das organizações não governamentais poderiam influenciar na captação de recursos. De fato, ao controlarmos as variáveis recursos financeiros recebidos e o índice de centralidade pelo tempo de fundação da entidade – dividida em cinco intervalos: a) de 4 a 10 anos; b) de 11 a 17 anos; c) de 18 a 24 anos; d) de 25 a 31anos; e) e acima de 31 anos – observamos que começou a existir correlação entre as variáveis apenas em uma

categoria, que corresponde ao segundo intervalo. A tabela³⁰ abaixo mostra os seguintes resultados:

- a) no primeiro intervalo, ou seja de 4 a 10 anos, obtivemos uma correlação positiva baixa³¹. A correlação baixa ocorre pelo fato de termos nove ONGs com baixo grau de centralidade e seis com nenhum grau de centralidade. Não obtivemos significância estatística em decorrência do tamanho da amostra, por esse motivo, não podemos generalizar nosso resultado para todas as organizações não governamentais da Cidade do Recife. No entanto para comprovar a nossa hipótese, esse resultado é satisfatório;
- b) no segundo intervalo, de 11 a 17 anos, obtivemos uma correlação positiva substancial³². Esta correlação acontece porque de nove organizações não governamentais presentes nesse intervalo, seis apresentaram alto grau de centralidade enquanto duas apenas apresentaram baixo grau de centralidade. Utilizando-nos do modelo de elaboração³³, podemos dizer que, nesse caso, houve uma especificação e poderíamos afirmar que a ONG com maior grau de centralidade consegue captar maiores recursos. Neste caso, nossa hipótese foi comprovada.
- c) no terceiro intervalo obtivemos uma correlação negativa moderada (-0,391). Neste intervalo temos dez ONGs e, sete dessas organizações, tem alto grau de centralidade, enquanto uma apenas tem um grau baixo. Neste caso, poderíamos

³⁰ Optamos por colocar no texto apenas a tabela correspondente ao índice de correlação, pois a tabela correspondente ao cruzamento entre as variáveis era bastante extensa e dificultava a leitura da mesma.

³¹ Coeficiente de correlação igual a 0,274.

³² Coeficiente de correlação igual a 0,600.

³³ Modelo de elaboração de Paul Lazarsfeld.

acreditar que quanto menos recursos recebidos através da entidade cooperante, mais alto seria o grau de centralidade das ONGs em questão. Através do modelo de elaboração podemos dizer que houve uma especificação, pois na relação original havia uma correlação mesmo sendo ínfima e ao inserirmos uma outra variável obtivemos uma correlação, apesar de não termos, com isso, significância estatística, em decorrência do tamanho da amostra. Por esse motivo não podemos generalizar nossa afirmação para todas as ONGs da Cidade do Recife. Além disso, devemos levar em consideração um outro fator: algumas das ONGs presentes nesse intervalo não apresentam o outdegree completo, ou seja, algumas dessas organizações não citaram todas as nove entidades.

- d) no quarto intervalo, ou seja, de 25 a 31 anos não obtivemos nenhuma correlação porque a centralidade das ONGs presentes nesse intervalo tornou-se uma variável constante;
- e) no quinto intervalo obtivemos uma correlação negativa perfeita (-1,000). No entanto, não devemos levar em consideração esses dados, pois esse intervalo é uma constante e os dados não aparecem computados, como podemos observar na tabela abaixo.³⁴

Devemos destacar aqui que o modelo de análise escolhido para esta hipótese e para a seguinte é o Modelo de Elaboração (de Paul Lazarsfeld), por se tratar de hipóteses testadas através de correlações parciais.

³⁴ Devemos observar que para a obtenção das correlações acima, utilizamos o tratamento somers'd por se tratar do cruzamento entre uma variável ordinal e outra intervalar.

Tabela 18

Índice de correlação
Centralidade por recursos financeiros recebidos pela ONG

Tempo de fundação da entidade		Valor	Erro Padrão
De 4 a 10 anos	Somers' d	,274	,268
De 11 a 17 anos	Somers' d	,600	,222
De 18 a 24 anos	Somers' d	-,391	,269
De 25 a 31 anos	Somers' d		
Acima de 31 anos	Somers' d	-1,000	

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Hipótese 3: as ONGs com maior grau centralidade *interferem* na captação de recursos das ONGs que não tem grau de centralidade.

Para testarmos essa hipótese tornou-se necessário, em primeiro lugar, efetuarmos o cruzamento entre a variável repasse de recursos financeiros recebidos através da entidade cooperante como dependente da variável área de abrangência geográfica das organizações não governamentais entrevistadas. Em seguida, efetuamos o cruzamento entre a variável repasse de recursos financeiros recebidos pela variável tempo de fundação da entidade. Logo após, efetuamos o cruzamento entre a variável recursos financeiros recebidos pela variável área de atuação das organizações não governamentais entrevistadas. Como resultado, tivemos:

- a) cruzando as variáveis área de abrangência com recursos financeiros recebidos, obtivemos uma correlação positiva moderada de 0,415 (ver tabelas 16 e 17). Ao introduzirmos a variável centralidade no modelo, obtivemos uma correlação positiva muito forte (0,771) o que vem comprovar nossa hipótese;

Tabela 19

Correlação entre a área de abrangência da ONG por recursos financeiros recebidos

		<i>Valor</i>
Nominal / Intervalar	Eta	Percentual de recursos financeiros recebidos da entidade cooperante Dependente 0,415

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Tabela 20

Área de abrangência por recursos recebidos controlada pela centralidade

<i>Centralidade recodificada</i>			<i>Valor</i>
baixa	Nominal / Intervalar	Eta	Área de abrangência da entidade ,647
média	Nominal / Intervalar	Eta	Área de atuação geográfica da entidade ,771
alta	Nominal / Intervalar	Eta	Área de atuação geográfica da entidade ,453

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

- b) cruzando apenas a variável tempo de fundação da ONG com recursos financeiros recebidos, obtivemos uma correlação negativa baixa de 0,139. Ao introduzirmos no modelo, a variável centralidade, houve uma correlação negativa baixa, cujo valor foi equivalente a -0,276, equivalente à categoria baixa centralidade; na categoria média, não houve correlação; já na categoria alta, a correlação foi de 0,383. Isto significa dizer que o tempo de fundação por si só não é condição suficiente para que as ONGs recebam recursos financeiros e que a variável centralidade contribui para aumentar esta correlação;

Tabela 21

Índice de Correlação

Recursos financeiros recebidos por tempo de fundação das ONGs

		Valor Erro padrão	
Ordinal / Intervalar	Somers' d	% de recursos financeiros recebidos da entidade cooperante Dependente 0,139	0,146

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Tabela 22

Índice de correlação

Tempo de fundação da ONG por Recursos financeiros recebidos por centralidade

Centralidade		Tempo de fundação	Valor	Erro padrão
baixa	Ordinal by Somers' d Ordinal	% de recursos financeiros recebidos da entidade cooperante Dependente	-,276	,327
média	Ordinal by Somers' d Ordinal	% de recursos financeiros recebidos da entidade cooperante Dependente	,000	,433
alta	Ordinal by Somers' d Ordinal	% de recursos financeiros recebidos da entidade cooperante Dependente	,383	,163

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

- c) Quando cruzamos a variável área de atuação da entidade por recursos financeiros recebidos, a correlação é positiva substancial (0,518). Ao introduzirmos a variável centralidade no modelo, surge uma correlação positiva muito forte. Nesse sentido, a nossa segunda hipótese (as ONGs com algum grau de centralidade interfere na captação de recursos das ONGs periféricas) é corroborada.

Tabela 23³⁵

Índice de correlação

Área de atuação por recursos financeiros recebidos

	Área de atuação	Valor
Nominal / Intervalar	EtaPercentual de recursos financeiros recebidos da entidade cooperante Dependente	0,518

Fonte: Pesquisa Capital Social e Terceiro Setor (2001)

Como pudemos perceber, através das tabelas acima, as hipóteses levantadas foram comprovadas. Isto significa dizer que a noção de centralidade se constitui num importante meio para a captação de recursos por parte das organizações não governamentais.

³⁵ Mais uma vez optamos por colocar a tabela de correlações, pois facilita a nossa leitura.

Conseqüentemente, aquelas ONGs que não possuem uma posição central, dentro da rede, vão ficar sempre na dependência daquelas que possuem esta posição. Sem contar com o fato de que algumas dessas organizações periféricas correm o risco de desaparecer, em virtude da falta de financiamento para seus projetos, ou, numa perspectiva mais remota, se transformarem em empresas terceirizadas, prestando serviços ao mercado ou ao Estado e, de certo modo perdendo sua autonomia. Isto não significa dizer que as ONGs com uma posição central dentro da rede, não corra esse risco. No entanto, a probabilidade de ocorrer o contrário é bem maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber o tema redes sociais é bastante amplo e tem ocupado espaço tanto no cenário local quanto no global. Nesse sentido, são inúmeros os trabalhos desenvolvidos sobre o terceiro setor, sobre as ONGs, etc. No entanto, alguns questionamentos surgem cada vez que alguém discute essas temáticas. Uma das questões que tem preenchido a mente de muita gente é a visão, algumas vezes rude, outras vezes bastante pertinentes, que se tem, a respeito do verdadeiro significado da expressão ‘organizações não governamentais’. Será que existe de fato, o que conhecemos por ONGs? Ou será que estas organizações representam apenas uma forma encontrada pelo sistema capitalista para reafirmar as suas idéias?

Não é nossa intenção defender esse ou aquele pensamento, mas sim trazer elementos para que possamos desenvolver novas investigações. Nesse sentido, nosso trabalho inicia uma investigação sobre um elemento que, por sua vez, pode desencadear outros elementos pertencentes a concepção de redes sociais: a centralidade. Sem pretender esgotar os debates nessa área, buscamos mostrar os aspectos fundamentais para a compreensão dos mecanismos que ajudam no desenvolvimento destas organizações, bem como procuramos apresentar, inclusive através de alguns exemplos, que as redes sociais vêm se transformando ao longo dos últimos anos, numa temática bastante discutida não

apenas nas abordagens sociológicas, mas também em outros campos do conhecimento, como ocorre com a área da informação, as ciências médicas etc.

Com o objetivo de explicar as principais características das organizações – nosso objeto de estudo – apresentamos uma discussão sobre alguns termos que estão direta ou indiretamente relacionados ao surgimento das ONGs. Assim, desenvolvemos uma abordagem sobre as diversas concepções de sociedade civil, pois é no seio desta sociedade que se manifestam todas as formas de solidariedade que influenciam, ou melhor, propiciam o engajamento de milhares de pessoas nas associações voluntárias, organizações não governamentais e demais grupos associativos que se unem em defesa de uma população desfavorecida, pela ineficiência do Estado em suprir as demandas sociais e também por causa de um mercado que exclui cada vez mais.

Além da noção de sociedade civil, vimos também algumas características do terceiro setor, cujo desenvolvimento tem sido discutido por alguns autores, de forma um tanto quanto polêmica, pois, para estes autores, o terceiro setor seria decorrente de uma reestruturação do sistema capitalista e não uma alternativa que resolvesse de fato os problemas gerados por um tipo de atuação do Estado que beneficia apenas uma pequena fração da sociedade, enquanto que outras ficam a margem desses benefícios. Por outro lado o terceiro setor também é discutido por autores que o vêem como uma forma de fortalecimento da sociedade civil.

A noção de capital social também foi apresentada aqui como um dos fatores, sem os quais, a concepção de redes sociais não teria como ser desenvolvida, pois o capital social traz consigo os elementos fundamentais para a compreensão da teia de relacionamentos que se encontra presente na organização da sociedade. A confiança é um

dos mais importantes desses elementos, pois sem ela, a construção dos laços sociais estaria prejudicada. Nessa perspectiva, trabalhamos com a concepção de capital social empreendida por autores que trabalham com dois pensadores importantes: Putnam e Bourdieu.

No que se refere às organizações não governamentais investigadas, apresentamos em primeiro lugar, os principais aspectos destas e, em seguida, mostramos quais as principais entidades que mantêm uma relação de parceria com tais ONGs. A particularidade desse trabalho está no fato de que, através das análises empreendidas, contribuimos para o avanço no estudo das redes sociais, pois através dos programas utilizados para o cálculo da centralidade, principalmente no caso do UCINET, podemos perceber que outros índices podem servir como variáveis importantes para o teste de hipóteses.

Como a principal proposta desse trabalho consistia em focalizar a centralidade na rede das ONGs, como elemento fundamental para captação de recursos, esperamos que com os resultados obtidos através do tratamento dos dados, possamos contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da temática das redes sociais. Não é nossa intenção, no entanto, encerrar o debate aqui, pois pretendemos continuar com as abordagens de maneira mais aprofundada. Dessa forma, o sucesso nessa empreitada, somente será obtido quando dermos continuidade a este estudo. De qualquer maneira, os dados trabalhados aqui já nos trazem alguns apontamentos para desenvolvermos, num futuro próximo, uma nova pesquisa, pois os dados de rede não foram ainda suficientemente trabalhados. Apenas conseguimos testar um índice, que com certeza, será

de grande utilidade para estudos posteriores, principalmente para aqueles que pretendem estudar as redes sociais.

Este índice que testamos aqui serviu para mostrar que algumas organizações não governamentais da Cidade do Recife apresentam uma certa fragilidade em termos de captar recursos. Aquelas que são centrais dentro da rede conseguem se sobressair. Sabemos que não é apenas pelo fato de não terem um certo grau de centralidade que as ONGs de pequeno porte não conseguem obter grandes financiamentos. Isto ficou evidente quando as mesmas apontaram as principais problemas para o bom funcionamento das mesmas. No entanto, não se deve deixar de lado esse fator, até mesmo porque a centralidade funciona como um instrumento de poder como argumenta Knoke (1994 p. 288). Segundo ele, “o poder de troca foi altamente correlacionado com a centralidade nas redes de relações sociais ($r = 0,58$)”.

No segundo capítulo, nós enfatizamos que a análise de redes sociais é um instrumento metodológico que pode ser trabalhado nas abordagens estruturalistas, utilitaristas e sob a perspectiva da Dívida. Nesse sentido, as análises efetuadas sobre a rede das organizações não governamentais da Região Metropolitana do Recife estão situadas, por um lado, no estruturalismo, até mesmo porque o foco central está na forma como estas organizações estabelecem suas relações e, por outro lado, a noção de centralidade como um elemento forte na captação de recursos financeiros direciona estas análises para a idéia de escolha racional, mesmo que de forma indireta, pois a partir do momento que esta centralidade possibilita um ganho em termos de informações e, inclusive, em termos financeiros, tais organizações tendem a procurar maximizar o número de relações e, buscar se posicionar da forma mais central possível, para continuar

existindo. Dessa forma, acreditamos que nosso trabalho se insere tanto na abordagem estruturalista, quanto na perspectiva da escolha racional (ou utilitarismo).

Em suma, o trabalho que apresentamos aqui buscou oferecer aos leitores uma visão sucinta sobre as redes sociais das organizações não governamentais da Cidade do Recife. Nesse sentido, queremos esclarecer que nossas investigações não se encerram por aqui, pois há bastante coisas para serem discutidas a respeito das redes sociais não apenas no âmbito das ONGs, mas nas mais diversas formas do associativismo.

BIBLIOGRAFIA E ANEXOS

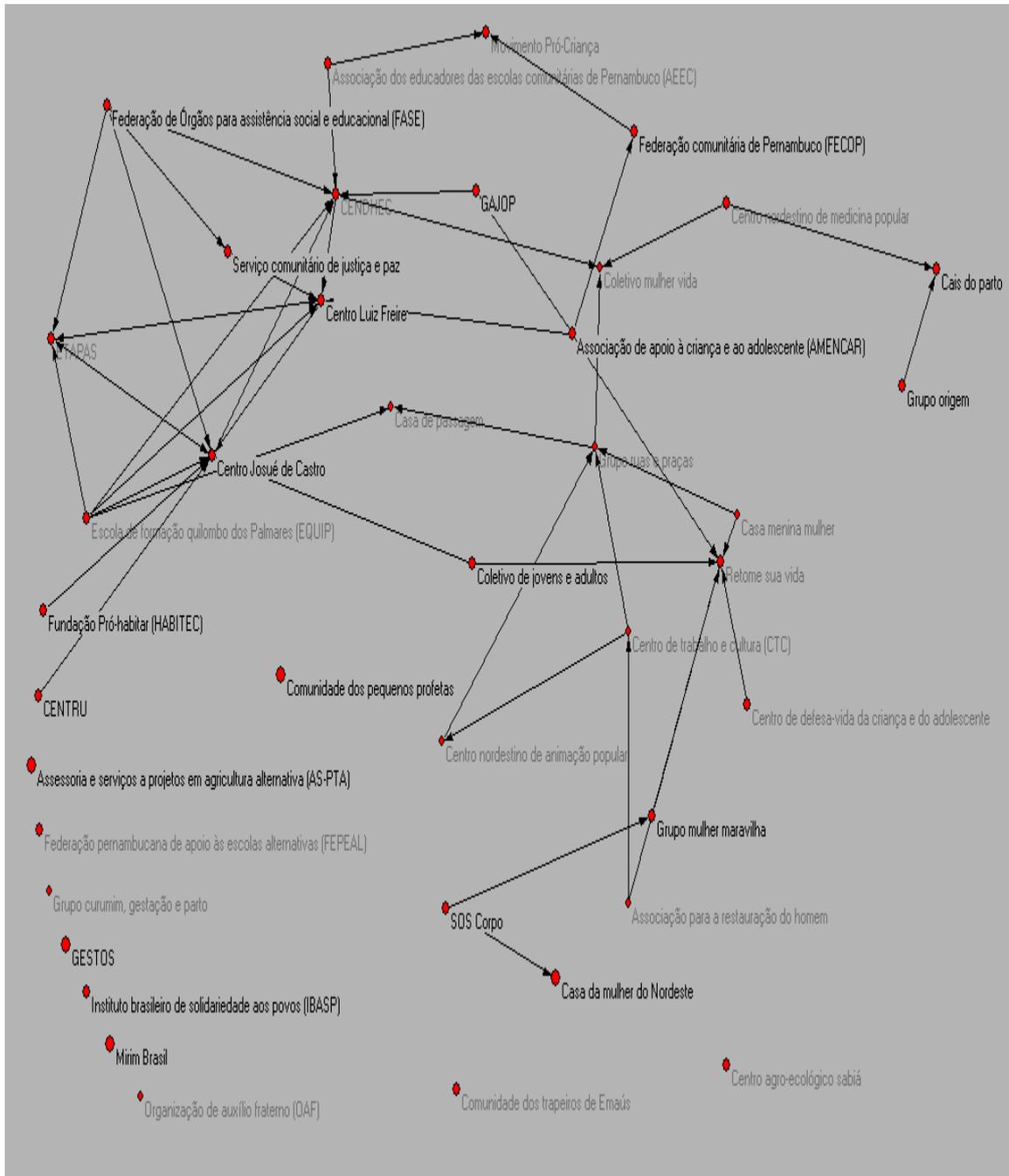
BIBLIOGRAFIA

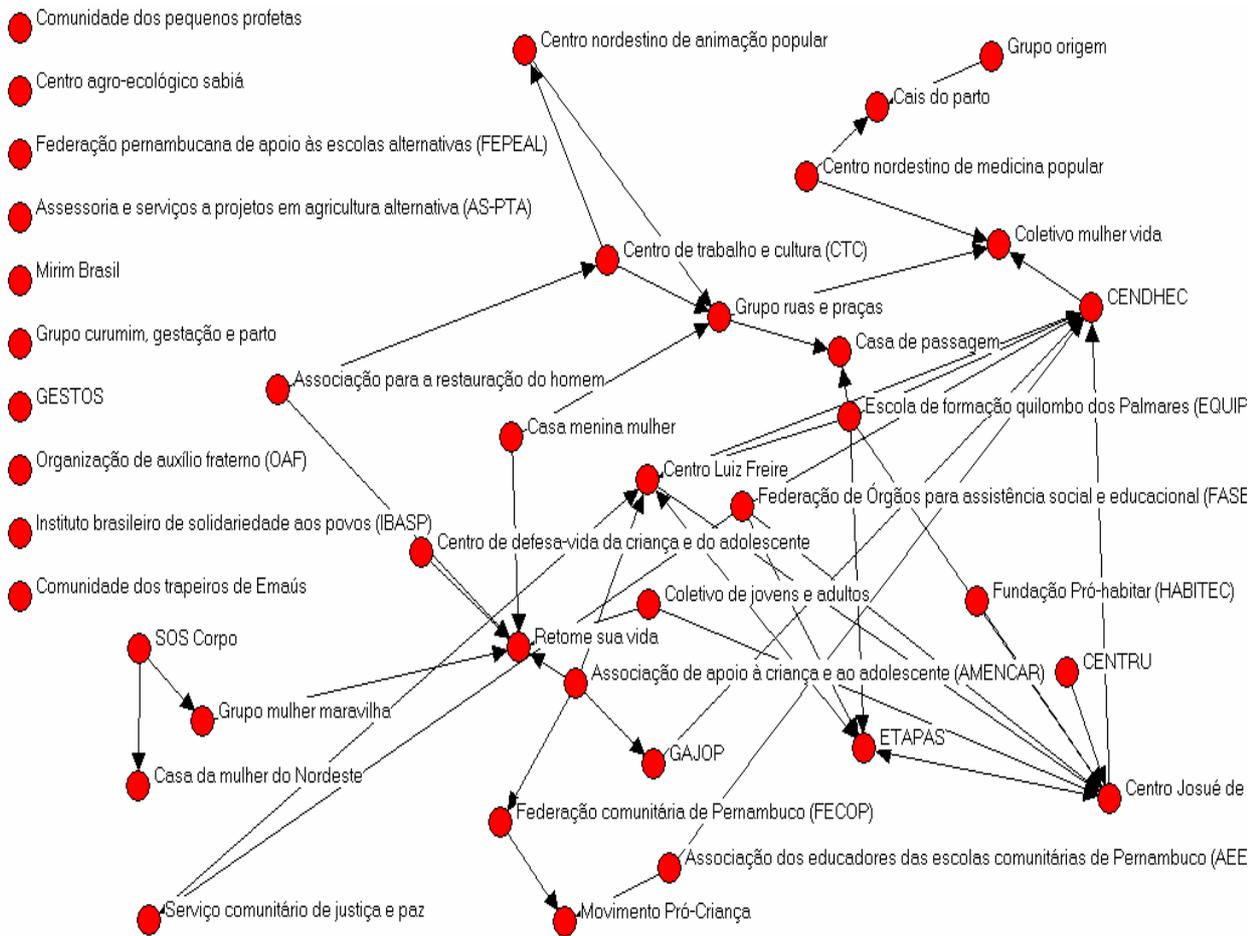
- ALMOND, Gabriel A. (1996) *The civic culture: prehistory, retrospect, and prospect*. In: <http://www.hypatia.ss.edu/democ/papers/almond.htm>.
- BOURDIEU, Pierre. (1999) *O capital social – notas provisórias*. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. (1983) *Sociologia*. In: ORTIZ, Renato (Org.). São Paulo: Ática.
- BOUDON, Raymond. (1996) *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARAVELAS Luciana. (2000) *As ONGs no contexto dos anos 90: estudo de caso sobre a Casa de Passagem na imprensa*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- COHEN, Jean & ARATO, Andrew (1994) *Sociedade civil e teoria social*. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte, Del Rey.
- FERNANDES, Rubens César. (1994) *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará.
- FERNANDES, Rubens César. (1996) *As Organizações Não Governamentais diante do Estado*. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.) *Organizações Não Governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- FIGUEIREDO, André Luiz Videira de. (1999) *As ONGs e o ideal da sociedade civil*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Regional da ANPOCS. Natal.
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (1999) *Redes dos movimentos de bairro da Zona Norte do Recife*. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior (Org.) *Movimentos Sociais: produção e reprodução do sentido*.
- GODBOUT, Jacques T. *Introdução à dádiva*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Out. 1998, vol. 13, n.º 38, p. 39-52. ISSN 0102-6909.
- GRANOVETTER, Mark. (1983) *The strength of weak ties: a network theory revisited*. In: R. W. (ed) *Sociological Theory*. San Francisco, S 201-233.

- HESPANHA, Pedro. (1999) *Os caminhos e os descaminhos do terceiro setor: a propósito da experiência portuguesa recente*. In: Comunicação ao Seminário de Antropologia e Sociologia do Congresso Portugal-Brasil. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- HOUTART, François. *Sociedade civil e espaço público*. http://www.dhnet.org.br/fsmrn/biblioteca/8_Houtart.
- KISH, Leslie. (1995) *Survey sampling*. Nova Iorque: Wiley Classics Library.
- KURTZ, Robert. (1995) *Para além de Estado e Mercado: autonomia de organizações comunitárias permite superar previsões da economia totalitária*. Folha de São Paulo, 3 dez. Caderno MAIS, p. 15.
- LANDIM, Leilah. (1998) *The nonprofit sector in Brazil*. In: ANHEIER, Helmut, et. al. *Defining the nonprofit sector. A cross national analysis*. Manchester University Press.
- LANDIM, Leilah. (...) *Quem dá e quem não dá, eis a questão*.
- LANDIM, Leilah. (2002) *Múltiplas identidades das ONGs*. In: ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG.
- LIMA, Jacob Carlos. *A teoria do capital social na análise de políticas públicas*.
- MEKSENAS, Paulo. (2002) *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez.
- MENDES, Luiz Carlos Abreu. (1999), *Visitando o terceiro setor (ou parte dele)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- MENESCAL, Andréa Koury. (1996) *História e gênese das Organizações Não Governamentais*. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.) *Organizações Não Governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- OLSON, Mancur. (...) *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. (2000) *Da política de elites à democracia de sociedade civil*. In: XII Fórum Nacional – Nosso legado histórico e o futuro do país. Rio de Janeiro.
- SHERER-WARREN, Ilse. (1999) *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo Hucitec.

- SHERER-WARREN, Ilse. (2001) *ONGs na América Latina: trajetória e perfil*. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- SHERER-WARREN Ilse. (2002) *Redes e sociedade civil global*. In: ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG.
- SIMMEL, Georg. (1983) *Sociabilidade – um exemplo da sociologia pura ou formal*. In: SIMMEL, Georg. *Sociologia/Organizador* [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática.
- TENÓRIO, Fernando G. (Org.) (1999) *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: FGV.
- TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. (2001) *Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil*. In: STENGEL, M. et al (Orgs.) **Políticas públicas de apoio sócio-familiar** – curso de capacitação de conselheiros municipais e tutelares. Belo Horizonte: PUC Minas.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (2000) *A Democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e sociedade civil no espaço público democrático*.
http://www.puc-rio.br/direito/revista/online/rev11_list.html.

ANEXOS I





ANEXOS II

Quadro 1 (Lista com as principais fontes de recursos das ONGs)

Fonte 1	Fonte 1	Fonte 1	Fonte 1
1. Coop. Internacional***	Outros	,	,
2. Coop. Internacional	,	,	,
3. Coop. Internacional	,	,	,
4. Coop. Internacional	,	,	,
5. Coop. Internacional	,	,	,
6. Coop. internacional	,	,	,
7. Rec. do gov. municipal**	,	,	,
8. Coop. Internacional	,	,	,
9. Coop. Internacional	,	,	,
10. Coop. Internacional	,	,	,
11. Coop. Internacional	,	,	,
12. Coop. Internacional	,	,	,
13. Coop. Internacional	,	,	,
14. Coop. Internacional	,	,	,
15. Coop. Internacional	,	,	,
16. Coop. Internacional	,	,	,
17. Coop. Internacional	,	,	,
18. Coop. Internacional	,	,	,
19. Coop. internacional	,	,	,
20. Rec. do gov. municipal	Rec. do gov. estadual	Rec. do gov. federal	,
21. Coop. internacional	,	,	,
22. Coop. internacional	,	,	,
23. Outros	,	,	,
24. Coop. internacional	,	,	,
25. Contrib. da comunidade	,	,	,
26. Coop. internacional	,	,	,
27. Coop. internacional	,	,	,
28. Rec. do gov. municipal	Rec. do gov. federal	Coop. internacional	Outros
29. Rec. do gov. federal	Coop. internacional	Outros	,
30. Coop. internacional	,	,	,
31. Rec. do gov. federal	,	,	,
32. Coop. internacional	,	,	,
33. Coop. internacional	,	,	,
34. Coop. internacional	Contrib. da comunidade*	,	,
35. Coop. internacional	,	,	,
36. Rec. do gov. municipal	Rec. do gov. federal	Outros	,
37. Outros	,	,	,
38. Rec. do gov. estadual	Rec. do gov. federal	Coop. internacional	,
39. Outros	,	,	,
40. Outros	,	,	,

* Contribuições da comunidade; ** Recursos do governo; *** Cooperação internacional

Quadro 2 (Tipos de entidades que fazem parceras com as ONGs)

Entidade 1	Entidade 2	Entidade 3
1. ONG	ONG	ONG
2. Órgão público	Órgão público	Assoc. comunitária
3. ONG	Assoc. de agricultores	Assoc. de agricultores
4. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
5. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
6. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
7. Órgão público	Órgão público	Órgão público
8. Movimento nacional	Órgão público	Política
9. Rede de entidades	ONG	ONG
10. Órgão público	Órgão público	Empresa
11. Rede de entidades	Órgão público	ONG
12. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
13. Conv. Brasil-Alemanha*	Coop. internacional	Coop. internacional
14. Órgão público	ONG	ONG
15. ONG	ONG	ONG
16. ONG	Órgão público	Órgão público
17. Rede de entidades	Rede de entidades	ONG
18. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
19. Política	Política	Órgão público
20. Órgão público	Órgão público	Órgão público
21. ONG	ONG	Assoc. comunitária
22. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
23. Entidade religiosa	Entidade privada	Entidade privada
24. Rede de entidades	Coop. internacional	Coop. internacional
25. ONG	ONG	-
26. Coop. internacional	Coop. internacional	Órgão público
27. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
28. ONG	Órgão público	ONG
29. Empresa	Órgão público	Coop. internacional
30. Coop. internacional	ONG	ONG
31. Órgão público	Empresa	Empresa
32. Coop. internacional	Coop. internacional	Empresa
33. Coop. internacional	Coop. internacional	Rede de entidades
34. Órgão público	Órgão público	Rede comunitária
35. ONG	ONG	ONG
36. Entidade religiosa	ONG	ONG
37. Empresa	Empresa	Empresa
38. ONG	Movimento nacional	Órgão público
39. Política	Órgão público	Coop. internacional
40. Órgão público	Órgão público	ONG

*Convênio Brasil-Governo Alemão

Quadro 3 - Tipos de entidades que fazem parceiras com as ONGs (contin.)

Entidade 4	Entidade 5	Entidade 6
1. ONG	ONG	Coop. internacional
2. Órgão público	Órgão público	Entidade religiosa
3. Política	ONG	Órgão público
4. Órgão público	Coop. internacional	Coop. internacional
5. Órgão público	Órgão público	Coop. internacional
6. Entidade religiosa	Órgão público	Órgão público
7. Órgão público	ONG	ONG
8. Órgão público	Coop. internacional	Órgão público
9. ONG	ONG	Órgão público
10. Empresa	ONG	Empresa
11. ONG	ONG	ONG
12. Coop. internacional	ONG	-
13. Coop. internacional	Coop. internacional	Órgão público
14. Órgão público	Grupos comunitários	Coop. internacional
15. Entidade religiosa	Entidade religiosa	Coop. internacional
16. Movimento nacional	Coop. internacional	Coop. internacional
17. ONG	-	-
18. Coop. internacional	Coop. internacional	Órgão público
19. Órgão público	Órgão público	Assoc. comunitária
20. Órgão público	Órgão público	Órgão público
21. ONG	Coop. internacional	-
22. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
23. Entidade privada	ONG	ONG
24. Órgão público	Órgão público	Coop. internacional
25. Empresa	ONG	Órgão público
26. Órgão público	Órgão público	Órgão público
27. Coop. internacional	Órgão público	Órgão público
28. ONG	ONG	Rede de entidades
29. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
30. Movimento nacional	Coop. internacional	Assoc. comunitária
31. Empresa	Empresa	Empresa
32. ONG	ONG	Coop. internacional
33. Órgão público	Órgão público	Coop. internacional
34. ONG	Coop. internacional	Órgão público
35. ONG	ONG	ONG
36. ONG	ONG	Órgão público
37. Empresa	Empresa	Empresa
38. Entidade religiosa	Entidade religiosa	Entidade religiosa
39. Coop. internacional	Coop. internacional	ONG
40. Órgão público	Órgão público	Órgão público

Quadro 4 - Tipos de entidades que fazem parceras com as ONGs (continuação)

Entidade 7	Entidade 8	Entidade 9
1. Coop. internacional	Órgão público	Empresa
2. Coop. internacional	Coop. internacional	-
3. ONG	ONG	Coop. internacional
4. ONG	ONG	Movimento nacional
5. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
6. ONG	ONG	Coop. internacional
7. ONG	ONG	-
8. ONG	ONG	Órgão público
9. Coop. internacional	Coop. internacional	Órgão público
10. Coop. internacional	Coop. internacional	Coop. internacional
11. Órgão público	Coop. internacional	Órgão público
12. -	-	-
13. Coop. internacional	Órgão público	Órgão público
14. ONG	ONG	-
15. Entidade religiosa	Coop. internacional	ONG
16. Coop. internacional	ONG	Órgão público
17. -	-	-
18. ONG	ONG	ONG
19. Entidade religiosa	Rede de entidades	Rede de entidades
20. Órgão público	-	-
21. -	-	-
22. Órgão público	Órgão público	Órgão público
23. ONG	-	-
24. Órgão público	Órgão público	Coop. internacional
25. Coop. internacional	-	-
26. Coop. internacional	Órgão público	Coop. internacional
27. Coop. internacional	Rede de entidades	Rede de entidades
28. ONG	Órgão público	Órgão público
29. Coop. internacional	Órgão público	Coop. internacional
30. Órgão público	Órgão público	Coop. internacional
31. Empresa	Órgão público	Órgão público
32. Empresa	Órgão público	ONG
33. Coop. internacional	ONG	-
34. Coop. internacional	Órgão público	Coop. internacional
35. Coop. internacional	ONG	ONG
36. Órgão público	Órgão público	ONG
37. Empresa	Empresa	Empresa
38. Órgão público	Órgão público	Órgão público
39. ONG	-	-
40. Órgão público	-	-

Quadro 9 (centralidade)

	2
	NrmDegree
Centro Josué de Castro	20.513
CENDHEC	17.949
Retome sua vida	15.385
Centro Luiz Freire	15.385
Grupo ruas e praças	12.821
Escola de formação quilombo dos Palmares (EQUIP)	12.821
Federação de Órgãos para assistência social e educacional (FASE)	10.256
ETAPAS	10.256
Associação de apoio à criança e ao adolescente (AMENCAR)	10.256
Coletivo mulher vida	7.692
Centro de trabalho e cultura (CTC)	7.692
Associação para a restauração do homem	5.128
Federação comunitária de Pernambuco (FECOP)	5.128
Cais do parto	5.128
Centro nordestino de animação popular	5.128
Centro nordestino de medicina popular	5.128
Casa de passagem	5.128
Casa menina mulher	5.128
Movimento Pró-Criança	5.128
SOS Corpo	5.128
GAJOP	5.128
Serviço comunitário de justiça e paz	5.128
Coletivo de jovens e adultos	5.128
Associação dos educadores das escolas comunitárias de Pernambuco (AEEC)	5.128
Grupo mulher maravilha	5.128
Casa da mulher do Nordeste	2.564
Centro de defesa-vida da criança e do adolescente	2.564
CENTRU	2.564
Grupo origem	2.564
Fundação Pró-habitar (HABITEC)	2.564
Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa (AS-PTA)	0.000
Mirim Brasil	0.000
GESTOS	0.000
Comunidade dos pequenos profetas	0.000
Federação pernambucana de apoio às escolas alternativas (FEPEAL)	0.000
Grupo curumim, gestação e parto	0.000
Organização de auxílio fraterno (OAF)	0.000
Centro agro-ecológico sabiá	0.000
Instituto brasileiro de solidariedade aos povos (IBASP)	0.000
Comunidade dos trapeiros de Emaús	0.000